



ADFA

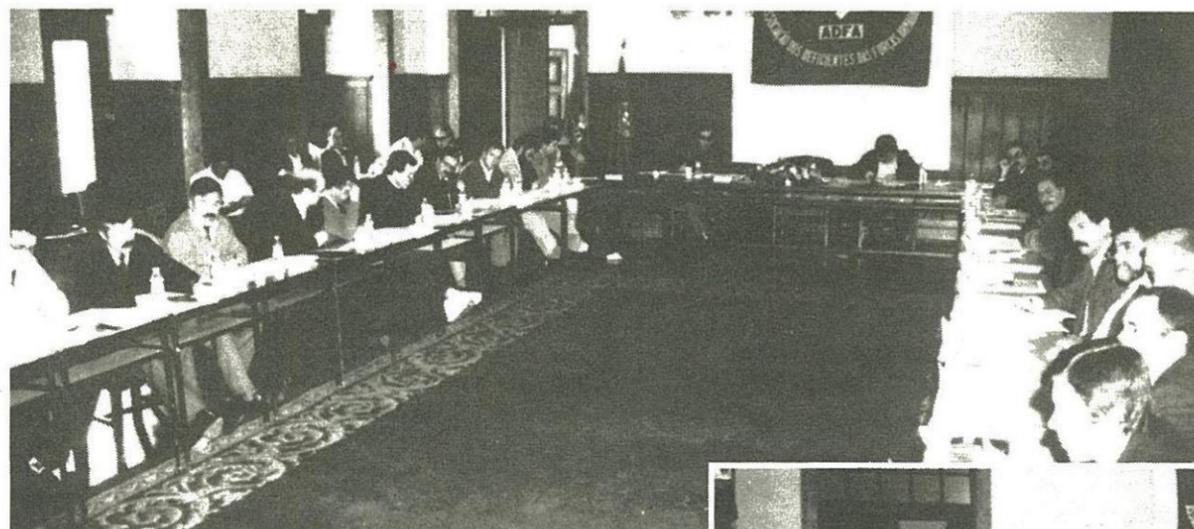


**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVII - N.º 197

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Março 1991 — 80\$00

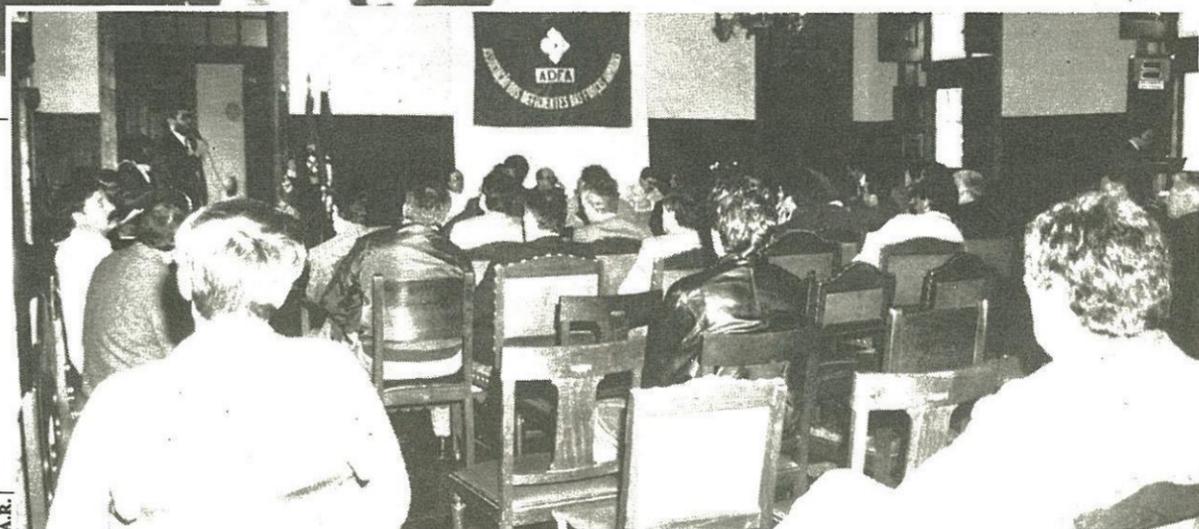


Conselho Nacional

— 23FEV91 —

Assembleia Geral Nacional Ordinária

— 23MAR91 —



espelho de unidade e coesão associativas



Nova Sede

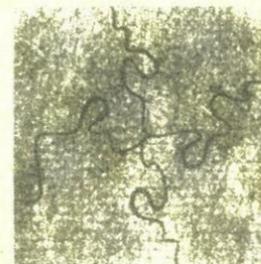
- Assinado o respectivo contrato de adjudicação arranca a fase final da obra

ADFA assina, com Instituto do Emprego e Formação Profissional e CERCIGAIA, protocolo sobre Centro de Reabilitação
— realiza-se, assim, sonho da ADFA iniciado pela Delegação do Porto

ADFA saúda



a realização, em Portugal, das reuniões da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus/FMAC e da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em Abril





Novos chefes militares

Conforme largamente noticiado nos meios de Comunicação Social, foram empossados, neste período, os novos chefes dos Estados-Maiores da Armada e do Exército, respectivamente, almirante Fuzeta da Ponte (4 Mar.) e general Loureiro dos Santos (18 Mar.), tendo a Direcção Central, em tempo oportuno, endereçado, a cada um, telegramas de felicitações, exprimindo, também, os desejos de manutenção das melhores relações.

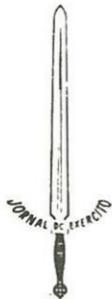
Será interessante recordar, neste momento, que o general Loureiro dos Santos, pouco antes de deixar o cargo de ministro da Defesa, que então ocupava, visitou a ADFA, em 17 de Dezembro de 1979, tendo escrito no seu Livro de Honra:

«No momento em que

deixo as funções de ministro da Defesa Nacional, é-me muito grato reconhecer o valioso serviço que a ADFA, durante o período em que exerci as funções, prestou aos militares, actuais e potenciais deficientes das FA.»

«Jornal do Exército»

Ao assumir as funções de director do «Jornal do Exército», teve a amabilidade de nos enviar um cartão de cumprimentos, o coronel tirocinado Ma-



nuel Rio Carvalho, a quem se desejam as maiores felicidades e se garante a recíproca disponibilidade de colaboração.

— MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

• Decreto-Lei n.º 65/91, de 8 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», I.ª Série, n.º 33, parte-A, de 8 de Fevereiro de 1991.

— Introduce alterações ao Código do Processo de Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 272/A/81, de 30 de Setembro.

— MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

• Decreto-Lei n.º 71/91, de 8 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», I.ª série, n.º 33, Parte-A, de 8 de Fevereiro de 1991.

— Estabelece as condições técnicas a que devem obedecer os aparelhos eléctricos utilizados

em medicina humana e veterinária.

— MINISTÉRIO DA SAÚDE

• Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», I.ª Série, n.º 33, Parte-A, de 8 de Fevereiro de 1991.

— Regula a autorização de introdução no mercado, o fabrico, a comercialização e a participação de medicamentos de uso humano.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

• Lei n.º 2/91, de 17 de Janeiro, publicada no Diário da República, I Série, n.º 14, parte-A, de 17 de Janeiro de 1991.

— Redução do período normal de trabalho.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Portaria n.º 53/91, de 19 de Janeiro, publicada no Diário da República, I Série, n.º 16, parte-B, de 19 de Janeiro de 1991.

— Fixa o aumento dos vencimentos dos funcionários de Administração Pública, a partir de 1 de Janeiro de 1991.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Portaria n.º 54/91, de 19 de Janeiro, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 16, parte-B, de 19 de Janeiro de 1991.

— Fixa os aumentos das Pensões dos funcionários da Administração Pública, a partir de 1 de Janeiro de 1991.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de Janeiro, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 18, Parte-A, de 22 de Janeiro de 1991.

— Altera as fórmulas de retenção do IRS.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Portaria n.º 56/91, de 19 de Janeiro, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 16, de 19 de Janeiro de 1991 (Parte-B).

— Actualiza os montantes das prestações familiares dos regimes de Segurança Social e a prestação social da função pública.

REVISÃO ESTATUTÁRIA

Dois aspectos de uma das reuniões já efectuadas da Comissão da Revisão estatutária



ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS FOTOGRAFICOS NA ADFA

REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS E AMPLIAÇÕES

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ



PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA
☎ 346 21 67/8

LARGO DE S. DOMINGOS
1194 LISBOA CODEX



COLABORANDO E PARTICIPANDO ENGRANDECES A ADFA E PERSPECTIVAS O TEU FUTURO!



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 750\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 13 000 exemplares

ADFA prossegue contactos oficiais

AUDIÊNCIAS COM O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS E COM O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL

A 11 do corrente mês, no edifício dos Ministérios da Defesa Nacional e Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi a Direcção Central, nas pessoas dos seus presidente, 1.º e 2.º-Secretários e Tesoureiro, recebida, em audiências separadas, pelo general Soares Carneiro, CEMGFA, e pelo dr. Eugénio Ramos, Secretário de Estado da Defesa.

No primeiro daqueles encontros foi endereçado convite ao general CEMGFA para estar presente nas sessões de abertura e de encerramento da 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus/FMAC, a realizar em Abril, em Lisboa, cuja amplitude de países participantes e temas a tratar lhe foram, no momento, indicados.

O general Soares Carneiro manifestou grande interesse e desejo de se manter permanentemente informado sobre as actividades da ADFA, nomeadamente nas áreas que respeitam à nova Sede, cooperação e, muito especialmente, legislação, pela qual demonstrou particular preocupação.

Sobre este último ponto, aliás, e pela forma como a nossa Associação se vem situando perante a sociedade, foi realçado, por aquele oficial general, o dinamismo e capacidade da nossa organização, que se tornou garante de estabilidade e reconhecimento para os deficientes militares, sendo também penhor de confiança para os próprios mancebos que



O general Soares Carneiro e o dr. Eugénio Ramos, aquando da assinatura do protocolo de cooperação entre os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a ADFA, para construção da nova Sede

se incorporam nas fileiras das Forças Armadas portuguesas.

Já no gabinete do dr. Eugénio Ramos, foram expostos àquele governante os últimos desenvolvimentos relacionados com a adjudicação da 2.ª fase de construção da nova Sede, com a realização da 14.ª Reunião da CPAE (a que não poderá assistir por se encontrar ausente de Portugal) e do encontro, que se lhe seguirá, entre as delegações

dos países que integram a União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, no qual serão tratados diversos projectos na área da cooperação.

Manifestando sempre o seu grande empenhamento e interesse por todas as questões relacionadas com a ADFA, o Secretário de Estado demorou-se, seguidamente, na análise de problemas ligados à legislação, nomeadamente do art.º 15.º do D.-L. 43/76, conceito de indemnização do subsídio e prestação suplementar de invalidez nos termos do mesmo Decreto-Lei, situação dos grandes deficientes em serviço com desvalorização de 60 por cento a 80 por cento e situação dos militares cujas deficiências foram agravadas em serviço, prometendo toda a sua atenção na procura de serem encontradas as melhores soluções para todos eles.

Como tem sido noticiado, realiza-se em Lisboa, de 10 a 12 de Abril próximo, e nas instalações da Fundação Gulbenkian, a 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE), da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, a cujas sessões de Abertura e Encerramento presidirão, respectivamente, os Ministros da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social.

Estando presentes quer o Presidente da FMAC, M. van Lanschot, quer o seu Secretário-Geral, Serge Wourgaft, para além de outros dirigentes mundiais e regionais, esperam-se delegações de um número extraordinariamente significativo de países europeus — Ale-

manha, Austria, Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Jugoslávia, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Reino Unido, Suécia, Turquia e URSS, para além de Portugal — bem como de Marrocos (provável presidência da Comissão Permanente dos Assuntos Africanos) e de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (estes como «observadores» convidados).

Embora ainda não possa ser confirmado o programa «oficial», ELO soube que nas várias sessões de trabalho serão, nomeadamente, tratadas questões relacionadas com a cooperação europeia e o «Acto Único Europeu», para além de ser

feita uma análise do conflito do Golfo e da «Paz e Segurança no Mediterrâneo».

Julga-se também saber que, entre actos oficiais e officiosos, estão previstas algumas audiências, assim como também a presença de uma Delegação da FMAC, ao mais alto nível, nas cerimónias do «Dia do Combatente», na Batalha, junto ao túmulo do Soldado Desconhecido, a convite da Liga dos Combatentes (9 de Abril).

Finalmente, por agora, a informação de que, após terminada a reunião da CPAE, e nos dias 15 e 16, se juntarão, também em trabalho, as delegações dos países da União, para análise dos resultados já obtidos e de novos projectos de cooperação.

EDITORIAL



Nò limiar da realização, em Portugal, de 10 a 12 de Abril próximo, da 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus da FMAC, terminado o conflito no Golfo e no momento em que a comunidade internacional, designadamente o Parlamento Europeu, advoga um enquadramento harmónico para aquela região, e mesmo toda a bacia mediterrânica, aprez-nos registar que já em 1982, em Nice, na 17.ª Assembleia Geral daquela Federação de antigos combatentes, a que a ADFA então aderiu, se recordam posições assumidas no seu Conselho Geral de 1978, no sentido de que «a instauração de uma Paz verdadeira no Próximo Oriente requer que seja encontrada, por todas as partes, um acordo, baseado nas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, com vista a conseguir uma solução justa e satisfatória, respeitando os direitos e os interesses de todos os povos desta região do Mundo» (ver ELO/FEV91).

Na verdade, a nossa Associação, membro português neste organismo, reconhece a (pre)visão universalista da FMAC na busca da Paz, em qualquer de conflito e, em especial, a sua perspectiva futurista em termos de homogeneização e desenvolvimento da legislação no que concerne aos «antigos combatentes e vítimas de guerra». Ao recordar o espírito de Bad-Ischl (V Conferência Internacional sobre Legislação, Áustria, 1988), e relembando que esta foi a primeira participação de Portugal em reuniões de tal âmbito, não podemos deixar de referir que as quatro propostas de resolução, por nós ali levadas, foram então aprovadas por unanimidade.

Dessas, portanto, «resoluções finais», o Governo português, naquele encontro representado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, já a três deu «força de lei», embora uma delas, a nosso ver, careça de mais objectiva regulamentação. Saliente-se, por outro lado, que a quarta, ainda não legislada, e que se refere ao carácter indemnizatório das pensões atribuíveis por deficiências adquiridas ao serviço da Pátria, se encontra, por parte das entidades governamentais competentes, em estudo.

O posicionamento da ADFA, a nível nacional e internacional, orienta-se, assim, pela manutenção e ampliação do reconhecimento devido aos deficientes, numa perspectiva da sua própria dignidade, espelho da sociedade em que se inserem, e dentro dos objectivos de diálogo, de Paz, de solidariedade e de cooperação, prosseguidos pela Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

A Direcção Central



FEDERAÇÃO MUNDIAL
DE ANTIGOS COMBATENTES
E VÍTIMAS DE GUERRA

COMISSÃO PERMANENTE
DOS
ASSUNTOS EUROPEUS
14.ª REUNIÃO
PORTUGAL

ORGANIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO
DOS
DEFICIENTES
DAS
FORÇAS
ARMADAS



LISBOA, 9 a 14 de ABRIL 1991

DELEGAÇÕES

DELEGAÇÕES

COIMBRA

(Colaboração de José Maia ★)

«Coimbra
Cidade Solidária

A Câmara Municipal de Coimbra, através do pelouro de Acção e Desenvolvimento Social, projectou para este ano algumas actividades relacionadas com a problemática da deficiência.

A apresentação pública deste programa, com a designação genérica de «Coimbra — Cidade Solidária», ocorreu no pretérito dia 13 de Dezembro no salão nobre da Câmara Municipal de Coimbra. No dia 23 de Janeiro concretizou-se a primeira iniciativa deste programa, com a colaboração do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) do Programa Hélios e da Associação dos Comerciantes e Indústrias de Coimbra (ACIC) e com a participação de um número bastante significativo de representantes

de algumas associações de deficientes e/ou de serviços ligados à reabilitação e educação de pessoas com deficiência, na forma de um colóquio subordinado ao tema «A Formação Profissional do Cidadão Deficiente».

Esta conferência comportou, numa primeira parte, várias comunicações que ensaiaram, sobre diferentes perspectivas, a abordagem do tema proposto. Seguiu-se uma mesa-redonda e debate, permitindo que todos os participantes expusessem os seus pontos de vista a propósito das várias prioridades de cada deficiência, em matéria de formação e integração profissional. A ADFA, através da Delegação de Coimbra, esteve representada e tomou parte na mesa-redonda, pela da palavra do presidente da MAGD, sócio José Guerra, por impedimento ocasional do presidente da Direcção. Foi recordado o papel decisivo que a ADFA tem desempenhado na

mudança das mentalidades, pressuposto do aparecimento de uma verdadeira política de integração profissional. Fez-se ainda referência à importância que o emprego tem na vida do cidadão deficiente, não só como forma de obtenção dos meios económicos indispensáveis, mas sobretudo

como facto de realização pessoal e como terapêutica para ultrapassar os efeitos negativos da deficiência.

Encontro
«Mobilidade
-Acessibilidade:
Direito à Cidade»

Realizou-se no dia 27 de Fevereiro, no auditó-

rio das Piscinas Municipais de Coimbra, um encontro inserido no programa de actividades da Câmara Municipal de Coimbra, pelouro da Divisão de Acção Social, no qual esteve presente a ADFA na pessoa do presidente da delegação de Coimbra, José Maia.

O objectivo de mais esta iniciativa da CML teve por fim modificar atitudes e comportamentos profissionais dos técnicos que intervêm directa ou indirectamente na elaboração de projectos de concretização de obras

que contribuem para tornar a cidade mais acessível, nomeadamente para os cidadãos deficientes. Foram destinatários da acção, técnicos e especialistas em áreas que se relacionem com a mobilidade e acessibilidade do cidadão deficiente.

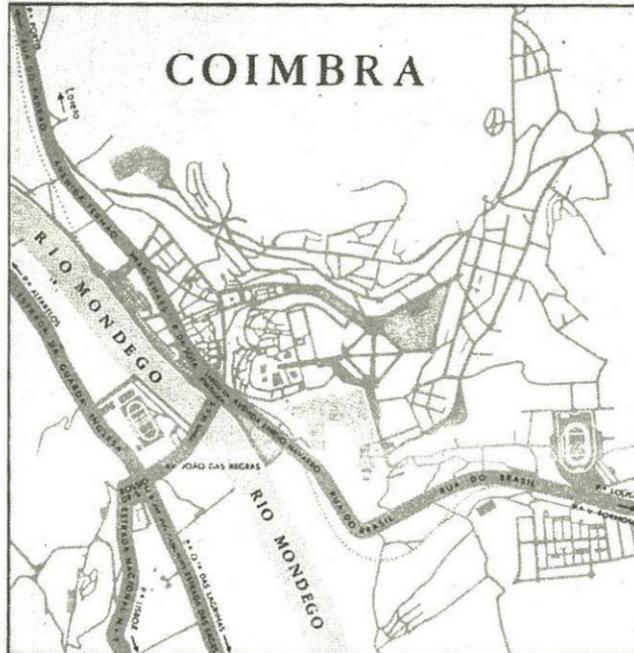
Na sessão de abertura estiveram presentes representantes da Câmara

Municipal de Coimbra, entre eles o dr. Henrique Fernandes, vereador do pelouro do Departamento de Desenvolvimento Social, assim com o dr. Francisco Rodrigues de Carvalho, pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, a dr. Clara Queiró, pelo Programa Hélios e o arquitecto Vaz Cunha.

Depois de uma pausa para café, realizou-se uma mesa-redonda sobre «Barreiras arquitectónicas — situação actual e perspectivas futuras», dela tendo feito parte:

Associação de arquitectos, Ordem dos Engenheiros, Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal e Associação dos Deficientes das Forças Armadas (representada pelo sócio e presidente da MAGD, dr. José Guerra).

* Presidente da Direcção da Delegação



FORMAÇÃO PROFISSIONAL/SEDE

colaboração da dr.ª Cecília Pires*

Integração Profissional
Sucesso

(... continuação)

ANTES-DURANTE
-DEPOIS

Abílio J. M. L. Carvalho, 42 anos de idade, casado com três filhos, é deficiente das Forças Armadas com 48,9%. Tudo o que se sabe do seu acidente, foi-lhe contado.

Era furriel em Moçambique e o seu pelotão tinha como missões, combate, contraguerrilha e montar segurança a uma empresa construtora de estradas.

Saídos do quartel para substituir outro pelotão na segurança da estrada, perto de um pontão (mais ou menos 800 m do aquartelamento) o furriel Abílio (emprestado àquela pelotão), pede ao alferes para «picar a zona» pois já sabiam que era perigosa.

O alferes respondeu, que não tinham tempo e que passava com o seu carro para a frente; o carro do alferes passou e quando passava o Unimog do furriel, explodiu uma mina reforçada.

Segundo o testemunho de um alferes da mesma companhia, também ele deficiente das Forças Armadas (invisual total), que tinha passado na tarde anterior no local, o acidente deu-se no dia 14 de Agosto de 1971 por volta das 10 horas da ma-

nhã, e que o furriel Abílio foi evacuado de helicóptero para Tete, já levando sangue e soro.

Dada a gravidade do seu acidente foram retirados alguns passageiros de um avião das Linhas Aéreas Moçambicanas (DETA) para dar entrada à maca do furriel, o qual foi transportado para as urgências de um hospital civil (Miguel Bombarda).

Paralelamente sofreu alterações de consciência, comportamento e perda de conhecimento da sua própria identidade, em consequência de um traumatismo craneano sofrido no seu acidente.

Já num hospital militar, embora ninguém acreditasse, o furriel Abílio sentia grandes dores na perna e braço direito, não conseguia mesmo movê-los, e só depois de o terem mandado para a psiquiatria e de lá ter permanecido mais algum tempo (6 meses), é que veio a fazer uma radiografia: fractura e luxação da bacia!

Ao verificarem o resultado das radiografias tentaram «remendar o mal» e este ficou mais quatro meses de cama com pesos.

Andou durante alguns meses de muletas e quando já se conseguia manter de pé levaram-no para uma sala com vários ofi-



ciais que o observaram e o mandaram embora; «a Junta Médica Militar». Paralelamente à sua história clínica aconteceu algo que levou a que o furriel fosse dado como desaparecido.

Excerto de um documento da 4.ª Companhia de Evacuados:

«Por não constar dos ficheiros gerais, nem dos de evacuados deste DGA, o militar a que a nota em referência diz respeito, Fur. Mil. n.º Ident. Abílio de Jesus N. L. Carvalho, solicito a V. Ex.ª se dignar mandar informar se efectivamente veio evacuado e, em caso afirmativo data da evacuação, a data da sua baixa ao HM, a PU onde prestava serviço, bem como todos os elementos que possam facilitar a sua localização, inclusive, se o nome e n.º mec. comunicados, estão correctos.»

No avião em que viajou vinha um soldado da sua Companhia que tinha «passado a peluda» e ao chegar a Lourenço Marques avisou alguns amigos de quem vinha na maca.

Esses amigos, que eram de Inhambane, terra de nascença do furriel, foram falando com uns e outros, sem coragem de dar a notícia aos pais do ferido, até que a triste notícia chega aos ouvidos de uma tia.

Como dizer aos pais? A tia só teve coragem de se dirigir ao cunhado que lhe pediu que não contasse à esposa e que o viesse procurar a Lourenço Marques.

Já em Lourenço Marques, só ao fim de alguns dias é que a tia descobre o

nome do sobrinho nas urgências do Hospital Miguel Bombarda. Conseguiu vê-lo; estava em coma.

Volta para Inhambane e então fala com os pais, que de imediato vão para Lourenço Marques, e acompanham o filho até à sua ia (por conta própria) para África do Sul. Quando regressou de África do Sul já não coxeava.

Um ano depois do acidente voltou a Tete, para se empregar como 3.º escriturário de um Banco, de lá foi transferido para Lourenço Marques, depois para Inhambane, onde casou.

Veio sem destino para Lisboa em 1983, com a intenção de continuar os tratamentos, e ficou a ha-

bitar (mais ou menos dois anos) no Parque de Campismo de Monsanto. Durante este período era tateiro numa farmácia onde fazia a facturação.

Foi no «ELO» que viu um anúncio sobre um curso de contabilidade, que veio a frequentar, e dois meses depois de terminado o curso, no mesmo jornal vê um anúncio para «dactilógrafo» no qual se inscreveu.

Em Outubro de 1987 começa a trabalhar na ADFA, no Departamento de Formação Profissional, com o dr. Sarmento Coelho.

Em 1989 volta a frequentar um curso de Formação Profissional, desta volta de «técnico administrativo» o qual termina com sucesso.

Com esta valorização, como nos diz o próprio, adquiriu conhecimentos que lhe faziam muita falta. Hoje é o chefe administrativo do Departamento de Formação Profissional, cargo com grandes responsabilidades, o qual desempenha com a maior perfeição.

Embora a sua vida se tenha recomposto, ainda hoje o sr. Abílio tem graves problemas não só físicos como também psicológicos, e tenta remover os traumas da guerra, como muitos outros ex-combatentes participando uma vez por semana, num grupo terapêutico de «stress de guerra».

(Continua...)

*Psicóloga do DEFOP/Sede

NÚCLEOS

CASCAIS

Começa a tomar forma mais «substancial» a ideia dos jantares mensais do Núcleo de Cascais, já que no último, por exemplo, mais associados, e novas caras, conviveram em animado espírito associativo, (re)conhecendo-se e discutindo os problemas da ADFA, quer no seu âmbito puramente local quer mesmo no nacional, com maior destaque para as Sedes (a de Cascais e a de todos, ambas, no entanto, nossas...) e para a próxima revisão estatutária.

Marcada já nova data, esta teve em conta a realização, em Lisboa, da 14.ª Reunião da CPAE/FMAC (para cujas sessões de abertura — 10/4, 9H30 — e de encerramento — 12/4, 12H — se convidam todos os sócios), pelo que, também no restaurante «A Ponte» (recorde-se, situado na 3.ª Circular e em frente à urbanização onde está a Sede local — Varandas de Cascais), todos se encontrarão de novo (podem levar as famílias), no dia

19 de Abril, pelas 20 horas.

ALCOBAÇA

SÓCIOS DA ZONA, PREPAREM-SE!

Em Maio, o Núcleo de Alcobaça, como já noticiado no ELO de Janeiro passado, vai organizar uma jornada de dinamização local, com sensibilização da população e das autoridades e com convívio entre os associados, familiares e amigos, cujo programa definitivo será, não só divulgado no ELO de Abril, como também enviado, oportunamente, por carta, aos sócios da zona. ATENÇÃO, POIS, AO CORREIO.

Aproveita-se a ocasião para, desde já, se lançar o desafio a todos os que quiserem, e puderem, para que se juntem aos actuais responsáveis da Comissão Instaladora, quer integrando-a mesmo, quer ajudando-a em situações pontuais, como é o caso desta projectada iniciativa, que se deseja digna de Alcobaça e da ADFA.

PONTO DE ENCONTRO

Este mês, um «Ponto de Encontro» coimbrão, marcado pelo sentir e pala saudade, na escrita de José Maia.

A MORTE SAIU À RUA NUM DIA ASSIM

Dia, 22 de Fevereiro de 1987!

Deixou-nos o cantor da paz, da igualdade e da liberdade. O homem que sempre soube sonhar. É de José Afonso que falo. É o trovador que lembro! Dignificou a música portuguesa, enobreceu o nosso espírito.

Filho de um país que lhe pagou com ingratidão a sua luta pela democracia, Zeca Afonso amou demasiado este país, e através da sua música o povo amadourado sentia a força e a esperança de respirar liberdade. Sem armas, com a sua voz e a viola ao som das suas trovas e cânticos de intervenção, deu a cara enfrentando os vampiros do poder, senhores da força, mandadores sem lei. À voz de «cala!», Zeca «gritava». Quando se dizia «prende!», respondia «soltai». Quando ordenavam «mata!», Zeca respondia «ama».

Sofreu e resistiu quanto

pôde. Perseguido, preso e proibido de fazer o que mais gostava: leccionar e cantar. Apesar de tudo nunca foi um derrotado! Sempre triunfou. Às hostilidades respondia com belas melodias. Combateu o regime opressor naquilo em que este era mais carecido: no amor, no respeito, na solidariedade e na liberdade.

Um grande campeão na arte da amizade, transbordava simpatia. Traz outro amigo também, era a sua senha.

1974! A revolução. Para trás os esforços despendidos. Seguiram-se os cansaços dos anos de fuga e repressão. Até que, insensível e medonha, surgiu a doença implacável e incurável. Tal como incuráveis foram durante algum tempo as sequelas deixadas pelo regime fascista, num povo, num país, numa vida.

O dia chegou. Oh ribeiras, chorai que eu não volto a cantar! O canto do cisne que nos levou o trovador, o poeta, o lutador, o amigo. O dia nasceu escuro e triste. A morte saiu à rua num dia assim. Por onde quer que andes, descansa em paz Zeca.

José M. Maia
(Sócio 244)

SÓLIDA EMPRESA DE SERVIÇOS PRETENDE:

- Deficiente (excepto auditivo/a) com conhecimentos de Informática
- Perspectiva de carreira

Se estiver interessado/a, contacte o Departamento de Formação Profissional/ADFA, D. Mira.

Telef.: 342 62 47 ou 346 21 67/8 — Ext. 44

Informação aos sócios

SERVIÇOS DE CONTENCIOSO

Na sequência do interesse manifestado pelos sócios em receber apoio jurídico da Associação, em todas as áreas do Direito, foi admitida, para prestar serviço no gabinete jurídico, na parte da manhã, e a partir de 1 de Março pp, a advogada dr.ª Rosa Simões.

Esta medida insere-se na reestruturação, à muito desejada, dos serviços de contencioso, tendo em vista proporcionar ao sócio não só o acesso a consultas como também o acompanhamento de processos judiciais, ou extra-judiciais, e ainda conseguir, a médio prazo, que tal apoio seja prestado, em dias próprios a anunciar, nas várias Delegações.

Neste sentido, estão a envidar-se esforços para que um advogado se desloque à Delegação do Porto, pela primeira vez, nos fins de Abril ou princípios de Maio, pelo que os sócios da região interessados poderão já contactar os respectivos serviços.

Este apoio jurídico, embora não envolvendo, para os associados, a obrigação de pagamento de honorários aos advogados (que trabalham para a ADFA em regime de avença), significa um substancial peso económico para a Associação, pelo que se torna necessário pedir aos seus beneficiários e utentes uma comparticipação nas despesas, para suportar, minimamente, a manutenção do serviço.

As consultas podem ser marcadas por telefone, por escrito ou pessoalmente, na Secretaria da Sede, já, e de futuro também nas Delegações.

Espera-se, com este serviço, dar resposta cabal a um anseio dos sócios, desde há bastante tempo manifestado.

Comparticipações:

- Consultas
 - relacionadas com deficiência 700\$00
 - Outras matérias 1000\$00
- Revisão de processos de sócios efectivos .. 3000\$00
- Processo ADME 300\$00
- Acompanhamento de processos, incluindo recurso para Supremo Tribunal: a determinar caso a caso, em função de custos e morosidade (mas tendo sempre em atenção que se trata apenas de uma comparticipação e não de um pagamento).

AUMENTO DAS PENSÕES POR ACIDENTES EM SERVIÇO

As pensões dos deficientes por acidentes em serviço vão ser processadas em Março, com efeitos retroactivos.

Nos termos dos art.º 4.º e 5.º do Dec-Lei n.º 54/91 - 19JAN -, para além do aumento normal das pensões, foi feito um reajustamento muito significativo que, em muito, vem contribuir para atenuar os problemas económicos destes deficientes.

NOTA — Reforça-se a indicação, já prestada oportunamente, de que, a partir de Abril, e com efeitos retroactivos a Janeiro, será descontado o IRS ao valor das pensões.

ADMISSÃO DE SÓCIOS

Aproveita-se esta ocasião para recordar que a admissão de sócios efectivos (os que já têm a sua situação reconhecida) implica apenas o pagamento regular de quotas, enquanto no caso de **pendentes** (e que necessitam de elaboração de processo para determinação da sua situação jurídica em relação à deficiência), a mesma obriga ao pagamento de uma verba correspondente a um ano de quotas acrescida da quantia de 3000\$00 (igual à comparticipação de revisão de processos de sócios efectivos).

ALERTA

Chama-se a atenção dos associados, e de outros leitores, para que, tal como em outras situações semelhantes na nossa sociedade, há, infelizmente, quem se tente aproveitar de casos julgados menos justos ou definidos para, garantindo soluções rápidas e rentáveis, se oferecer para levantar, acompanhar e/ou resolver processos, normalmente a troco de quantias razoáveis, já que, dirão, haverá que pagar a terceiros.

Mais grave, e perigosa, se torna esta actividade quando as pessoas envolvidas se arrogam pertencerem a alguma entidade ligada aos problemas, apresentando-se, por vezes, com cartões, e até papel timbrado, de organizações a que, realmente, pertencem ou pertenceram.

Porque tal é lesivo dos direitos dos associados, e de qualquer cidadão, denegando e prejudicando a boa imagem de qualquer organismo responsável, aqui fica o ALERTA para a possível utilização do nome da ADFA, por parte de oportunistas, em especial no Norte do País, agradecendo-se que sejam imediatamente prevenidas as Delegações locais se alguém for contactado.

Recorde-se, a propósito, que este tipo de serviço só é prestado nas próprias instalações da ADFA (Sede ou Delegações), exceptuando-se qualquer caso raro em que, por total impossibilidade de deslocação do associado ou interessado, poderá haver visita domiciliária (mas sempre a pedido do próprio).

SOLICITA-SE, POIS, AOS SÓCIOS QUE NÃO SÓ ESTEJAM PREVENIDOS COMO TAMBÉM ESCLAREÇAM EVENTUAIS INTERESSADOS NESTES SERVIÇOS PARA OS CUIDADOS A TER.

PELO BOM NOME DA ADFA.

Serviços Sociais das Forças Armadas Centros de Repouso e Férias

Tendo sido recebida tardiamente a respectiva documentação, e não sendo possível neste número do ELO dar outros detalhes, aconselham-se os sócios interessados na frequência ou utilização dos Centros de Repouso do Lar de Veteranos Militares (Runa), Centro de Recuperação de Porto Santo e Colónia de Férias Infantil do Forte das Maias (Oeiras), que se devem dirigir a qualquer Delegação da ADFA ou às próprias delegações dos SSFA, em Lisboa, Porto e Coimbra, a fim de obterem os esclarecimentos de que necessitarem.

De qualquer modo, no ELO de Abril já serão dadas as devidas informações.

SÓCIOS FALECIDOS

JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, sócio n.º 1773, natural de Lagares e residente em Vila Cova da Lixa, Concelho de Felgueiras, faleceu no passado dia 28 de Janeiro de 1991.

Sócio com 100 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente na Guiné.

Deixa viúva a sra. D. Elvira da Cunha.

JOSÉ ANTÓNIO EVARISTO, sócio n.º 11 287, natural de Salvador e residente em Vila Nova de São Bento, Concelho de Serpa, faleceu no passado dia 31 de Janeiro de 1991.

Pensionista de preço de sangue, deixa viúva a sra. D. Maria Antónia Costa Luís.

JOSÉ ANTÓNIO PERNAS, sócio n.º 1726, natural de São Domingos de

Ana Loura e residente em Benfica, Concelho de Lisboa, faleceu no passado dia 4 de Fevereiro de 1991.

Sócio com 80 por cento de desvalorização deixa viúva a sra. D. Maria Rosa Gomes Morgado.

AMÉRICO FELICIANO DE OLIVEIRA E SILVA, sócio n.º 639, natural de Santa Maria das Lamas e residente em Lugar de Lourosela, Concelho de

Serpa, faleceu no passado dia 17 de Fevereiro de 1991.

Sócio com 63 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente na Guiné.

Deixa viúva a sra. D. Maria Amélia Gomes Soares e dois filhos menores.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

PSICOLOGIA É CIÊNCIA

NOTA INTRODUTÓRIA

O ser humano não é um indivíduo único, isolado, per si. É acima de tudo relacional, mesmo quando se isola. O seu próprio isolamento é uma forma de se fazer comunicar com os outros, apesar de ser uma comunicação negativa.

Todas as suas manifestações diárias englobam várias componentes (orgânica, psicológica, relacional, profissional, familiar...), estabelecendo-se «feedbacks» entre elas, que irão influenciar a maneira de nos posicionarmos no mundo, quer perante nós próprios, quer perante os outros que nos rodeiam.

Esta secção que hoje se inicia e que terá periodicidade mensal, propõe-se abordar temas de vida contemporânea de uma vertente psicológica, acente em bases científicas.

Abriremos como o «Distúrbio Pós-Traumático do Stress de Guerra», vulgo «Stress de Guerra», e seus critérios diagnósticos.

Como segundo tema abordaremos a Toxicodependência, riscos e efeitos de cada uma das drogas, de que tanto se fala mas que pouco se conhece e seu envolvimento familiar.

Por último, e em continuação com a «ELO» do

mês passado, passará a ser inserida na «Psicologia é Ciência» a «Breve História dos Testes» da autoria da Dra. Maria Cecília Fernão Pires.

Tentando colmatar as nossas dúvidas, interrogações, a necessidade em conhecermos um pouco mais esse universo infindável que é a mente humana e o que muito que ainda está para descobrir, uma questão se nos coloca: o que nos mantém vivos é o coração, centro dos comandos vitais do nosso organismo, ou o psiquismo, cathedral da nossa existência, coordenador das nossas «sinapses» diárias?

O DISTÚRBIO PÓS-TRAUMÁTICO DO STRESS DA GUERRA (*)

O «Distúrbio Pós-Traumático de Stress» (D.P.T.S.), inicialmente identificado por «Síndrome do Pós-Vietname», foi reconhecido oficialmente a nível internacional em 1980, no «Diagnóstico e Estatística dos Distúrbios Mentais» (D.S.M.III), da responsabilidade da Associação Americana de Psiquiatria.

Foi designado antes por «Shell Shock», durante a Grande Guerra e mais tarde por «Neurose de Guerra».

Já a organização Mundial de Saúde (OMS) fala de «reação aguda ao Stress Catastrófico ou à Fadiga de Combate (ICD-9, 1975).

Mais recentemente e no decorrer da mais apurada e dinâmica investigação científica, os critérios diagnósticos presentes no D.S.M.I foram revistos, dando origem aos que são apresentados na revisão de 1987 (D.S.M.III.R).

São estes que a seguir apresentamos:

Distúrbio Pós-Traumático de Stress (Critérios de diagnóstico)

A. Vivência de um acontecimento descomunal, fora da experiência humana comum, que provocaria um mal-estar significativo à maioria das pessoas, como, por exemplo: guerra, acidentes de viação, terremotos, inundações, rapto e violação...

B. Reexperiência do acontecimento traumático, pelo menos através de um modo:

1. evocações intrusivas e recorrentes do acontecimento (que podem estar associadas a sentimentos de culpa sobre o comportamento antes ou durante o acontecimento).

2. sonhos recorrentes do evento.

3. agir ou sentir subitamente como se o acontecimento traumático estivesse a ocorrer novamente (inclui sensações de revivência a experiência, ilusões, alucinações e episódios dissociativos «flashback», mesmop aqueles que ocorrem duran-

te a vigília ou quando intoxicados.

4. intensificação dos sintomas por exposição e acontecimentos que simbolizem ou se assemelhem ao evento traumático, incluindo aniversários do evento.

C. Evitação sistemática de estímulos associados ao evento ou embotamento da capacidade de resposta (ausente antes do trauma), pelo menos de três das seguintes maneiras:

1. evitação de pensamentos ou sensações associadas ao evento

1. dificuldade em adormecer ou permanecer a dormir

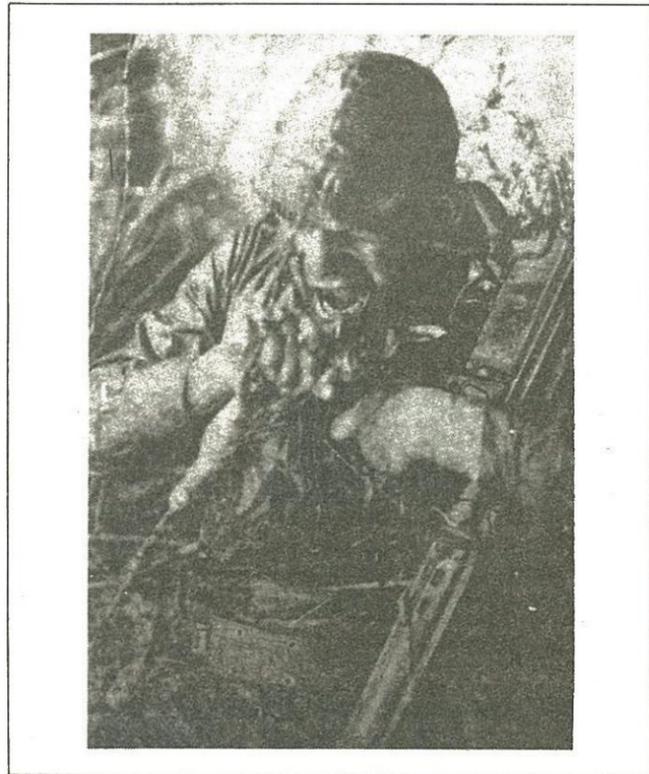
2. irritabilidade; explosões de cólera.

3. dificuldades de concentração

4. resposta de surpresa, exagerada

6. reactividade fisiológica após exposição a acontecimentos que simbolizem ou se assemelhem ao evento traumático

E. Duração do distúrbio, pelo menos de um mês. Início tardio, se o desencadear dos sintomas ocorre pelo



2. evitação de actividades ou situações que provoquem evocações do trauma

3. amnésia psicogénica

4. diminuição acentuada do interesse por actividades significativas

5. sensação de afastamento ou estranheza em relação aos outros

6. constrição do afecto: incapacidade de ter sentimentos de amor

7. desesperança no futuro (ex: não esperar viver muito)

D. Sintomas recorrente do aumento da activação (ausentes antes do trauma), como indicado a seguir, pelo menos através de dois:

menos seis meses depois do acontecimento traumático.

A título informativo, mas a ser desenvolvido no próximo «ELO», queremos informar que a psicoterapia de grupo dirigida aos ex-combatentes da guerra colonial, sócios e não sócios da ADFA, teve o seu início no dia 6 de Março nas instalações da ADFA (Lisboa-Sede). Em meados de Abril decorrerá a segunda psicoterapia, a ter lugar todas as segundas-feiras. Paralelamente iniciou-se uma outra no dia 7 de Fevereiro, no Serviço de Psicoterapia Comportamental do Hospital Júlio de Matos.

A TOXICODEPENDÊNCIA — O FANTASMA REAL (*)

Actualmente é reconhecido como a dinâmica familiar cria potencialmente um terreno favorável à instalação da toxicodependência. Apenas potencialmente, porque embora seja condição necessária, pode não ser suficiente — nas mesmas circunstâncias muitos indivíduos não se tornam drogados. J. Bergeret e J. Leblanc (1984), referem que para uma abordagem rigorosa das toxicodependências, ter-se-á que reunir não só os aspectos farmacológicos relativos aos produtos utilizados, mas também os aspectos psicológicos do toxicodependente e os aspectos sociológicos e relacionais do problema. Segundo a Organização Mundial de Saúde (O.M.S.) «a farmacodependência é um estudo psíquico, às vezes também físico, resultante da interacção entre um organismo e um produto psicoativo, caracterizando-se por modificações de comportamento e outras reacções, que sempre envolvem um desejo irresistível de tomar a droga contínua ou periódica, a fim de reencontrar os efeitos psíquicos, por ela provocados e eventualmente evitar o mal-estar da privação. Este estado pode ou não ser acompanhado de tolerância. Um mesmo indivíduo pode ser dependente de diversas drogas» (1983).

As substâncias

Pode-se considerar três estágios na escalada da droga pelo adolescente. Assim, o jovem irá primeiramente consumir álcool e/ou tabaco, consideradas drogas legais e que estão relacionadas com todo um fenómeno social; seguidamente consumirá essencialmente cannabis, consumo esse influenciado pelos companheiros; o terceiro e último estágio passa pelo consumo das chamadas drogas duras (cocaína, ópio, heroína).

As drogas podem ser agrupadas em três grupos, segundo os efeitos sobre o sistema nervoso central:

I-DROGAS DEPRESSORAS

1. Ópio e derivados (Ex. Heroína, metadona)

Via de Administração

- Oral e fumado (ópio)
- Intravenosa (heroína)

Efeitos

- Satisfação global
- Tranquilidade e apaziguamento
- Suspensão de qualquer tipo de necessidades
- Grande dependência psicológica e física
- Conduta perigosa na falta da droga
- Tolerância (necessidade em aumentar a dose)
- Síndrome de abstinência (grande ansiedade, insónia, sudorese, vômitos, dificuldades respiratórias, câibras, diarreia, pela supressão brusca do consumo da droga)

Riscos

- Acidentes mortais por sobredoses
- Infecções (hepatite, sífilis, sida) pelo uso da mesma seringa, por diferentes indivíduos
- Condutas delinquentes motivadas pelo carência da droga

2. Hipnóticos, sedativos e tranquilizantes (barbitúricos, benzodiazepinas)

Via de Administração

Oral

Efeitos

- Alívio da ansiedade
- Dependência psicológica e física
- Tolerância
- Síndrome de abstinência (nervosismo ou excitação, náuseas, vômitos e convulsões).



Riscos

- Acidentes mortais por sobredoses (overdoses)

II DROGAS ESTIMULANTES

1. Cocaína

Via de administração

- Nasal (snifar)
- Intravenosa

Efeitos

- Euforia e excitação
- Comportamento agressivo
- Aumento do apetite sexual
- Anulação das sensações de fome, sede, frio e fadiga
- Dependência psicológica
- Grande tolerância

Riscos

- Perfuração nasal se snifada
- Morte por paragem respiratória, pelo efeito da sobredose

• Produção de quadros psicóticos com alucinações e agitação

2. Anfetaminas

Via de administração

- Oral
- Intravenosa

Efeitos

- Aumento da actividade psíquica
- Diminuição das sensações de fadiga, sono e fome
- Grande dependência psíquica

Risco

- Acidentes mortais
- Transtornos psicopatológicos (quadros delirantes de características paranoicas, psicose crónicas, síndrome deficitária de Denker — apatia, inibição psicomotora, sintomas depressivos).

III DROGAS PSICODELICAS

1. Psicodélicos maiores (L.S.D. — dietilamida do ácido lisérgico —, Mescalina, Alucinogénios sintéticos)

Via administração

• Oral

Efeitos

- Alterções de percepção: visuais — agradáveis ou ameaçadoras (esta acompanhadas de ataques de pânico e agressividade em relação a si ou a outros, olfactivas e gustativas, auditivas do tempo, de espaço próprio).
- Euforia
- Ansiedade
- Agressividade
- Flash-back (mesmo sem ter ingerido, volta a reviver um episódio que ocorreu sob o efeito da droga).
- Tolerância
- Dependência psicológica

Riscos

- Quadros paranoicos
- Crises convulsivas
- Na gravidez poderá provocar deformações no feto possivelmente abortos.

(Continua na pág. 11)

- Produção de quadros psicóticos com alucinações e agitação

2. Anfetaminas

Via de administração

- Oral
- Intravenosa

Efeitos

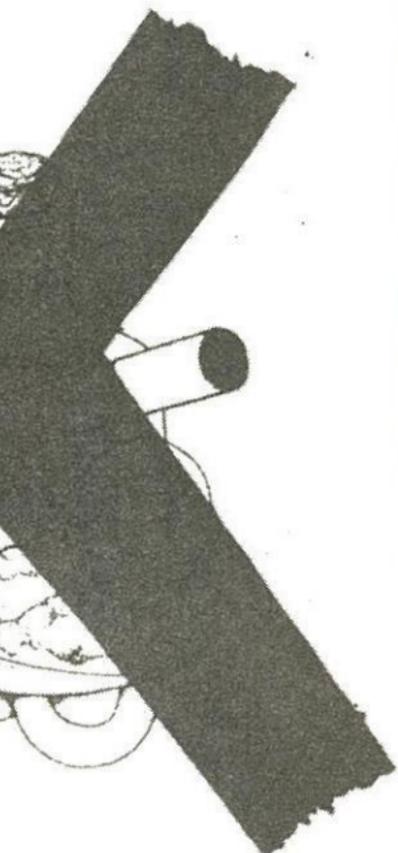
- Aumento da actividade psíquica
- Diminuição das sensações de fadiga, sono e fome
- Grande dependência psíquica

Risco

- Acidentes mortais
- Transtornos psicopatológicos (quadros delirantes de características paranóides, psicoses crónicas, síndrome deficitária de Deniker — apatia, inibição psicomotora, sintomas depressivos).

III DROGAS PSICODELICAS

1. Psicodélicos maiores (L.S.D. — dietilamida do ácido lisérgico —, Mescalina, Alucinogénios sintéticos)



Via administração

- Oral

Efeitos

- Alterções de percepção: visuais — agradáveis ou ameaçadoras (estas acompanhadas de ataques de pânico e agressividade em relação a si ou a outros)
- Olfactivas e gustativas, auditivas do tempo, de si próprio.
- Euforia
- Ansiedade
- Agressividade
- Flash-back (mesmo sem ter ingerido, volta a reviver um episódio que ocorreu sob o efeito da droga).
- Tolerância
- Dependência psicológica

Riscos

- Quadros paranóides
- Crises convulsivas
- Na gravidez poderá provocar deformações no feto possivelmente abortos.

(Continua na pág. 11)



No seu propósito de ser sua função principal neste seu número das últimas reuniões d

CONSTITUINTE

Com a presença da totalidade dos elementos componentes dos Órgãos Sociais Centrais (Mesa da Assembleia Geral Nacional, Direcção Central e Conselho Fiscal Central) e de representantes de todas as delegações, excepto Évora, iniciou-se a sessão com a leitura da respectiva «Convocatória», após o que se procedeu à assinatura da Acta da reunião anterior.

No período de «antes da Ordem do Dia», duas foram as questões principais abordadas — salários e classificação dos trabalhadores e jóia/quotas de sócios pendentes —, as quais, no entanto, não tiveram tratamento mais aprofundado, já que a Mesa entendeu não caberem no âmbito do CN.

Posto, seguidamente, à discussão, o «Re-



A.R.

latório» sobre 1990, do próprio Conselho (que em devido tempo havia sido enviado aos conselheiros), o mesmo foi aprovado, apenas com três abstenções e sem votos contra.

Entrando-se, depois, na análise do documento, talvez mais importante, em apreciação — «Plano de actividades e orçamento» para 1991

Colaboração do Dep. Formação Profissional/ADFA-Sede

VALÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (**)

Breve História dos Testes

(... continuação)

Os trabalhos de Spearman

Spearman perante a diversidade de concepções psicológicas classificou-as em três doutrinas procurando assim uma via de estudo dos problemas psíquicos:

1 — «Doutrina Monárquica» (unifocal): admite que as atitudes mentais estão submetidas a uma grande autoridade — a Inteligência.

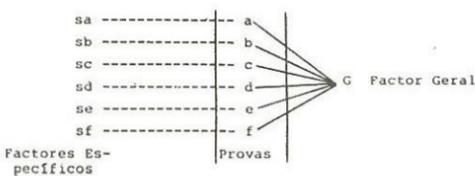
Spearman não deixa de focar várias dificuldades. A primeira deriva da definição dada à inteligência; as outras dificuldades ao serem por eles detectadas, dizem respeito a até que ponto outras funções, como a memória ou a imaginação, fazem parte da inteligência. Existirá distinção nítida entre actos inteligentes e actos instintivos?

2 — «Doutrina Oligárquica» (multifocal): admite que essa grande autoridade (a inteligência) pode ser resumida a diversas faculdades distintas.

3 — «Doutrina Anárquica» (afocal): na qual se encontram múltiplas subdivisões dessa grande autoridade chamada inteligência.

Partindo destas três doutrinas, Spearman avançou nos seus estudos criando progressivamente as técnicas que lhe permitiram conceptualizar a Teoria dos 2 Factores.

Esta teoria parte da hipótese-base de que um indivíduo ao realizar uma determinada prova obtém resultados que podem ser divididos em duas partes: uma dessas partes está directamente ligada a um factor geral, factor este comum a todas as provas; a outra parte depende do factor específico que essa prova pretende medir.



Para provar esta hipótese de base, Spearman procedeu a diversas investigações das Técnicas Estatísticas utilizando, no seu primeiro trabalho, a fórmula da «Atenuação» de Wissler (1901) para o estudo da Fidelidade.

Com esta fórmula, tentou avaliar o grau real de ligação entre duas provas medindo diferentes processos psicológicos. Verificou que a correlação existente entre estas duas provas era baixa e por isso propôs uma fórmula para corrigir esta «atenuação».

Tendo por exemplo dois processos psicológicos (u e v) medidos por duas provas paralelas de cada um, obteremos quatro séries de medidas: u1, u2, v1, v2. Correlacionando duas a duas obteremos ru1u2 e rv1v2 que são os coeficientes de Fidelidade das duas provas u e v.

Calculando as correlações existentes entre as diferentes provas obteremos 4 correlações cujo meio geométrico nos dará uma avaliação da correlação existente entre u e v, embora com uma pequena margem de erro. Para corrigir esta «atenuação» Spearman aplicou a sua fórmula,

$$r_{uv} = \frac{(ru1v1 \times ru1v2 \times ru2v1 \times ru2v2) 1/4}{(ru1u2 \times rv1v2) 1/2}$$

Chegou então à conclusão que as correlações entre as diversas medidas de discriminação dão-nos os coeficientes de Fidelidade.

Para comprovar a sua Teoria do Funcionamento Mental e qual o significado que atribuía a G, Spearman propôs três Leis que segundo ele eram essenciais para o registo da aquisição de novos conhecimentos:

1.ª Lei — O conhecimento da sua própria experiência — «Um Homem tem mais ou menos o poder de observar o que se passa no seu próprio espírito.»

2.ª Lei — Educação das relações — «Quando um Homem tem no espírito uma ou mais ideias possui a capacidade de verifi-

car mentalmente a relação existente entre elas.»

3.ª Lei — Educação «Ao conceber sucessivamente uma ideia e uma relação, o Homem tem o poder de verificar se essa ideia corresponde à relação em questão.»

As estas três leis Spearman deu o nome de Doutrina de Neogénese e examinou a posição G nesta doutrina. Chegou à conclusão, depois de vários estudos, que G é interveniente em todas as operações que comportem novos conhecimentos.

Spearman admite também outros factores gerais, como por exemplo:

- 1 — Factor Geral de Inércia Mental (C);
- 2 — Factor Geral de Vontade (W);
- 3 — Factor Geral de Oscilação (O);

mas recusa-se a admitir a existência de factores de grupo dizendo que eles dependem quase exclusivamente da experiência adquirida.

A obra deste autor provou ser uma etapa essencial no desenvolvimento da Psicologia Diferencial. As técnicas por ele criadas permitiram as primeiras análises de correlações-passo determinante. Mas Spearman foi também muito criticado.

Nos Estados Unidos da América a ideia de um factor geral não foi admitida. Thurstone ao criar técnicas de Análise Multifactorial (1931) não admitiu a existência de um Factor Geral.

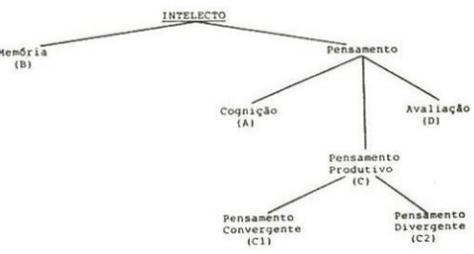
Influenciado pelas primeiras ideias de Thurstone, Guilford representou-as e enveredou por estudos que tentaram provar a sua teoria.

Interesse do Modelo Teórico de Guilford

Guilford ao propor o seu modelo lembra que se trata de um modelo puramente teórico e sujeito a mudanças, tendo por objectivo principal desenvolver uma teoria unificada de inteligência humana que organize as diferentes capacidades intelectuais. O método por ele utilizado foi a Análise Multifactorial de Thurstone com rotações ortogonais.

O seu modelo tem por base três classificações por categorias:

1.º Classificação por categorias fundamentais de Processos ou operações



Neste esquema apresentamos os 5 maiores grupos de capacidades intelectuais:

(A) — Factores de Cognição — directamente ligados à descoberta ou ao reconhecimento de informação.

(B) — Factores de Memória — factores relativos à retenção da informação conhecida.

(C) — Factores do Pensamento Produtivo — levam à produção de novas informações tendo por ponto de partida informações já conhecidas e em stock na memória.

(C1) — Factores do Pensamento Convergente — pela informação retida é-se conduzido à boa resposta ou à resposta conhecida.

(C2) — Factores do Pensamento Divergente — dão-nos a liberdade de pensar em diferentes direcções.

(D) — Factores de Avaliação — estes factores fazem-nos perceber se a informação conhecida ou produzida é sólida e aceitável face às condições impostas por um dado problema.

(Continua na pág. 11)

(*) Dra. Paula Frazão
(**) Dra. Cecília Pires

CENTRO DE REABILITAÇÃO DA ADFA/PORTO

uma nova dimensão através da assinatura de um protocolo com o IEFP e a CERCIGAIA

Tem a Delegação da ADFA do Porto, ao longo dos anos e mercê de enorme dinamismo associativo de todos os seus elementos, com especial realce para os membros dos vários e sucessivos órgãos sociais, os quais, embora as naturais alterações por via eleitoral, têm sabido manter a continuidade e a coesão, tem, dizíamos, a Delegação efectuado um vasto trabalho em diversas áreas, não só a nível interno como também externo, que se coloca como um extraordinário exemplo e se refere como imagem digna e actuante da nossa Associação, perante o próprio país.

Como já foi informado em várias notícias no ELO, desde há tempos que estava em plano a assinatura de um protocolo de acordo de cooperação entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a CERCIGAIA e a ADFA, no sentido de, face às já exíguas instalações do Centro de Reabilitação da nossa Associação, implantadas «provisoriamente

das Forças Armadas surgiu em 7 de Dezembro de 1974 com os mesmos objectivos da sua estrutura nacional: promover esforços no sentido da consecução dos meios de compensação, económicos e de outra natureza, absolutamente necessários e justos para a plena integração social dos largos milhares de deficientes de vária ordem, originados pela guerra colonial. A situação era absolutamente caótica e ineficaz quer em termos de legislação quer em termos de produção de ajudas mecânicas. A este nível, Portugal dispunha apenas de um serviço minimamente qualificado — o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão — recorrendo entretanto a serviços congéneres na R.F.A., com as inevitáveis e evidentes perturbações para a já difícil vida dos deficientes.

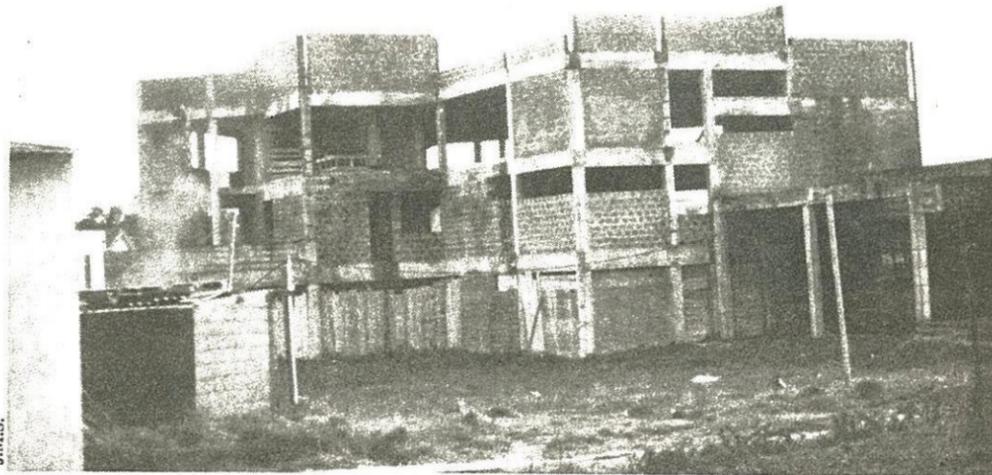
É neste contexto que surge no Porto, em 1976, o Centro Oficial de Meios Ortopédicos, com o intuito de apoiar os deficientes militares, propiciando-lhes um serviço de pro-

analiso, discutiu e aprovou a problemática da reabilitação dos deficientes militares — sempre enquadrada numa perspectiva geral e nacional — havendo sido aí então definidas metas e estratégias que viriam depois a ser reafirmadas pelo Ano Internacional do Deficiente.

Este novo impulso teórico geraria de imediato, ao nível do Centro Oficial de Meios Ortopédicos, a consciência de que realizava apenas um dos vectores da reabilitação de deficientes — a reabilitação funcional.

Restavam por trabalhar questões como a saúde psíquica profundamente afectada, a segregação e discriminação profissional, a segregação social, etc. Numa palavra concluiu-se estar a ADFA a ser muito útil, mas parcialmente apenas.

O passo seguinte é assim a definição e o projectar de uma estrutura que sirva a reabilitação das pessoas deficientes de forma global e coerente e que,



te» nos terrenos da Delegação e à sua imprescindível e exigida expansão, por um lado, e por outro à existência de um edifício em acabamento da CERCIGAIA, junto a outras suas oficinas, tudo em subproveitamento, ser posto a funcionar, em gestão técnica e financeira conjunta, um Centro de Reabilitação Profissional que, dadas as capacidades já evidenciadas pelos dirigentes e profissionais da ADFA e consideradas as potencialidades das instalações daquela CERCIGAIA, ultrapassará em muito, as dimensões e os projectos próximos de qualquer das instituições, possibilitando ainda a criação de uma entidade própria de repercussão nacional, sem, contudo, retirar a cada uma das entidades, per si, o essencial da sua independência e autonomia próprias.

Com vista a uma mais desenvolvida reportagem sobre este importante acto, e colher dos responsáveis outras informações, deslocou-se ao Porto um elemento da equipa do ELO, cujo trabalho será apresentado em Abril.

No entanto, ainda este mês, e a terminar este apontamento, façamos um pouco de história, por documentos do próprio:

dução de ajudas mecânicas com qualidade, e próximo das suas residências, obviando assim às perturbações referidas e permitindo um apoio permanente e continuado. Rapidamente o Centro passou a ser procurado pelos deficientes motores em geral, atraídos pela qualidade dos serviços e pelos níveis de preços praticados.

O desenvolvimento natural do Centro Oficial de Meios Ortopédicos (COMO), entretanto verificado, veio a sofrer novo impulso em 1980 com a realização do II Congresso Nacional da ADFA. Aí se

apoiando-se na competência e rigor técnico, sirva eficazmente o objectivo maior desse trabalho: não remediar situações específicas e pontuais, mas garantir que em qualquer circunstância e em todos os programas, cada um é considerado como um membro plenamente igual da sociedade.

Surge assim o Centro de Reabilitação e Formação Profissional do Porto inspirado numa perspectiva nova em matéria de reabilitação de deficientes, visando constituir-se como resposta a uma carência fundamental da região do Grande Porto».



Centro

A Delegação do Porto da Associação dos Deficientes

Nós com os outros



Pretendíamos, neste ELO, ter os depoimentos dos primeiro e actual Presidentes da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, já que decorreu, neste mês, a sua reunião ordinária, mas infelizmente não o conseguimos em relação ao segundo.

De salientar, na entrevista que transcrevemos, a interessante recordação que é feita de uma, talvez se possa assim chamar, entidade antecessora da ADFA, e do recado que nos é transmitido.

— O jipe avançava rápido naquela picada do Norte de Angola, tantas vezes percorrida em missão do Comando do Batalhão quando, inesperadamente, guinou e se despenhou pela ribanceira, cuspindo o oficial que transportava, provocando-lhe politraumatização com fractura exposta da perna direita e perda de substância óssea e mus-

sentatividade dos deficientes militares e, portanto, estaria em melhores condições para garantir a defesa dos seus legítimos interesses.

De registar aqui, no entanto, o trabalho desenvolvido pela UIG (União dos Inválidos de Guerra), que, corajosa e intransigentemente, pugnou pelos direitos dos deficientes militares.

Depois da Grande Guerra, fora publicada várias legislações sobre a situação dos militares feridos em campanha e em serviço, legislação essa que incluía, entre várias garantias, o abono suplementar de invalidez, a actualização das pensões e a possibilidade de promoção na situação de reforma.

Entretanto, em 1937, essa legislação, consubstanciada no Código dos Inválidos de 1929, é revogada expressamente, sem

representavam um marco importante na defesa dos interesses dos deficientes militares.

Na altura, porém, como naturalmente ainda hoje, a falta de espírito associativo marcou, sobremaneira, a actuação da União, que, sem o apoio expresso de todos os interessados, pouco mais poderia fazer.

A registar, ainda, que, em 1970, a UIG conseguiu sensibilizar a Assembleia Nacional para a discussão da problemática dos deficientes militares, dando, assim, um importante primeiro passo para a sensibilização da opinião pública para este momentoso problema.

ELO — Que análise faz da actual ADFA?

SC — Por razões ligadas à minha vida profissional, não me foi possível acompanhar, como pretendia, a actividade da ADFA. Não obstante,

fender, eficazmente, os direitos dos deficientes militares.

Não podemos esquecer que a memória colectiva é curta e que, facilmente, amanhã é vituperado quem, na véspera, foi incensado.

Devemos ter presente a experiência dolorosa sofrida pelos nossos camaradas de armas da Grande Guerra. Menos de vinte

anos volvidos sobre o Armistício, viram-se, num ápice, despojados dos seus mais elementares direitos. E, infelizmente, a esmagadora maioria deles morreu sem lhes ter sido feita justiça. A eles, o meu mais profundo preito de homenagem.

Não esqueço que só uma ADFA forte e representativa poderá minimizar os riscos de tal nos acontecer.

Os da América...

Algures nas bolanhas da Guiné, nos tempos de 69/71, o grupo avançava, sempre na expectativa de uma emboscada, ansiedade essa que era atende-

do tido tempo para passar pela secretaria da Sede a fim de deixar o cheque respectivo, voltou cá em Fevereiro último, tendo visitado a ADFA no dia



nuada, no possível, por uma certeza: o soldado maqueiro António da Cunha estava sempre preparado para os socorrer, qualquer que fosse a situação.

Não é sócio da ADFA, mas sim um português «de sucesso», de Arcos de Valdevez, radicado nos Estados Unidos, como tantos outros, tendo emigrado para aquele país em Maio de 1971, apenas dois meses depois de ter regressado da Guiné, onde cumpriu o seu serviço militar.

Aproveitando o espaço deixado pela falha da nossa segunda entrevista, não ficará mal aqui esta reportagem. É que António da Cunha é um dos fundadores da «Associação de Veteranos do ex-Ultramar Português», organização que já efectuou um donativo de mil dólares para a construção da nova Sede (ELO/NOV90), e que se propõe estabelecer laços da melhor colaboração com a ADFA.

Tendo estado em Portugal em Novembro do ano passado, mas só ten-

do tido tempo para passar pela secretaria da Sede a fim de deixar o cheque respectivo, voltou cá em Fevereiro último, tendo visitado a ADFA no dia

teita a entrega, pelo sócio Alberto Pinto, das medalhas da campanha de fundos, e por José Arruda, da relativa à 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, acontecimento esse, aliás, que foi, juntamente com as notícias lidas em jornais sobre a construção da nova Sede, que o levaram a se interessar pelo contacto com a ADFA, só não tendo vindo assistir àquela reunião por impossibilidade profissional.

Trocadas breves impressões sobre as duas organizações, analisadas questões de possível cooperação mútua, e até com as associações dos países africanos da União, aflorado o grave problema do «stress da guerra» (reconhecido oficialmente, pela primeira vez, nos Estados Unidos, por causa dos veteranos do Vietname, donde haver nas suas organizações bastante informação que nos pode ser útil), ficou bem patente, ao longo de toda a conversa, o grande interesse e vontade em dinamizar e privilegiar, com urgência, as relações entre as duas instituições, dada a grande identidade de pontos de vista e objectivos — entre eles, como foi sublinhado, a solidariedade social e a Paz —, tendo António da Cunha garantido que irá transmitir a todos os membros, não só daquela sua associação como também de outras portuguesas de que faz parte, (Mi-



UNIÃO DOS INVÁLIDOS DE GUERRA

UNIAO DOS INVÁLIDOS DE GUERRA

AGREMIACÃO FILANTRÓPICA

CARTÃO DE IDENTIDADE



LISBOA

Sócio efectivo N.º 433

Ex. Sr. Alferes João António dos Chaves

Secretário: *M. Gomes Baptista* Presidente da Direcção: *M. Gomes Baptista*

cular, para além de fractura da 5.ª vértebra lombar.

Evacuado para o HMP, suportando, após esse fatídico dia de Junho de 1963, cinco anos de gesso, mais de uma dezena de intervenções cirúrgicas e cerca de dezoito meses de recuperação, ao alferes miliciano João António dos Santos Chaves foi atribuída uma desvalorização de 64 por cento.

Sócio n.º 539 (11/JUN/74), foi o Presidente de Mesa eleito na histórica primeira Assembleia Geral da Associação, em 22 de Junho de 1974, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

ELO — Que razões, na altura, para se fazer sócio da ADFA?

SC — Aderi à ADFA por pensar que, após o 25 de Abril, era a entidade que tinha assegurada uma maior repre-

a publicação, simultânea, de qualquer outro quadro legal. Cessaram, assim, as promoções e as actualizações das pensões, que foram fixadas nos quantitativos recebidos na altura.

Só mais de vinte anos depois, em 1958, é que o Governo de então decidiu estudar as reclamações que, ao longo desse período, a UIG tinha vindo a fazer.

O início da guerra colonial, em 1961, levou ao aparecimento da primeira legislação, em 1962.

A partir de 1966, a UIG, que, até então, só contava como sócios os combatentes de 14-18 e os das campanhas de África do princípio do século, passou também a integrar os novos deficientes.

E foi o esforço conjunto de todos, a que se somou a carolice de alguns, que levou à publicação de diplomas que, na época,

pelo que me é dado observar, não posso deixar de reconhecer que o balanço é fortemente positivo.

Presentemente, a ADFA é uma associação respeitada, traduzindo as suas intervenções na defesa dos legítimos direitos dos deficientes, uma imagem de seriedade e competência. A construção, em curso, da nova Sede e a recente realização da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau são duas provas, entre muitas, da vitalidade da ADFA.

ELO — Que mensagem quer deixar para os associados?

SC — Um apelo a uma cada vez maior participação na vida associativa.

Só com a participação interessada de todos se poderá ter uma associação forte e capaz de de-



ASSOCIAÇÃO VETERANOS DO EX-ULTRAMAR PORTUGUÊS

160 MARCELLUS ROAD, MINEOLA, NEW YORK 11501

associação aos EUA, em data a combinar.

Recebido pelo presidente da Direcção Central, que se encontrava acompanhado pelos responsáveis do GOS e do DEFOP, além do repórter do ELO, a ocasião foi aproveitada para lhe ser

neola Portuguesa Center, Inc. e American Foundation for Charities of Portugal, por exemplo) e mesmo americanas (American Veterans), as suas impressões, de modo a alargar este esforço e sentido comum de trabalho.

Há gralhas e gralhas! Mas às vezes há cada uma...

No último ELO, como toda a gente percebeu, foi entrevistado o sócio n.º 1, **Couceiro Ferreira**, assim tratado no texto. No entanto, uma mais que arrelhadora gralha, chamou-lhe, na legenda das fotografias, **Conceição Ferreira**. Para o entrevistado, as nossas sinceras desculpas, se é que as pode aceitar.

Nós com os outros

Retomando a conversa com o presidente (Maria Alcina Ascensão) e Vice-Presidente (Vitor Simões) da APIR (Associação Portuguesa de Insuficientes Renais)...

«ELO» — Perante tudo isto que nos contaram, quais são as principais prioridades da acção da APIR?

«MAA/VS» — Poderemos talvez dividi-las em várias áreas, conforme o seu destinatário principal, embora todas estejam interligadas, porque sempre no sentido da defesa dos direitos e dos interesses dos insuficientes renais.

E a primeira é a da informação e sensibilização, quer de entidades oficiais quer particulares, sobre a tão importante questão do emprego, fazendo entender-lhes que o nosso doente é um trabalhador com tantas capacidades como qualquer outro, devendo-se-lhe apenas talvez mais compreensão e estímulo, que não é a mesma coisa do que reformá-lo. Para se avaliar da gravidade desta questão, bastará dizer que, neste momento, calcula-se que entre os insuficientes renais haja cerca de 45% de reformados, muitos deles ainda bastante jovens.

Ainda neste sector de actividade não têm sido esquecidas outras «lutas», como as relacionadas com pensões e participações, entre outras.

Uma segunda área, esta mais virada para o próprio insuficiente renal, é o seu acompanhamento adequado, com especial incidência em visitas aos centros de hemodiálise de todo o País, procurando, através dos contactos efectuados e da experiência adquirida, informar melhor o doente, desmistificando determinadíssimos (pre)conceitos e contrariando ideias erradas, levando-o a encarar a sua vida, e os problemas inerentes à sua condição, de uma forma muito mais positiva, não se marginalizando ele próprio, como tantas vezes acontecia.

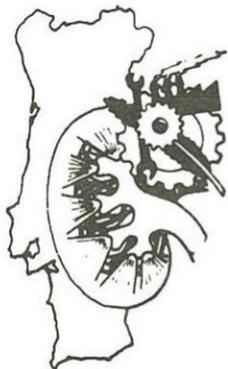
Aqui um pequeno parêntesis para realçar o papel que o desporto, ao contrário do que muitas pessoas talvez pensarão, pode ter no bem-estar físico e psíquico do insuficiente renal. Como disse um ilustre professor, os nossos doentes deverão cansar-se, porque ao fazê-lo estão a provocar uma maior oxigenação do seu sangue e a melhorar o seu estado de anemia, criando resistência, capacidade. E isso é muito impor-

tante, para além de ser a forma mais agradável de o fazer.

Por último, a área da informação e esclarecimento do público em geral, muito em especial no que se refere a uma possível prevenção da insuficiência renal, a qual, por não ter uma forma própria e específica, tem que ser considerada no âmbito da prevenção geral de focos infecciosos, como cáries dentárias, amigdalites, infecções urinárias, etc., que podem vir a ser causa da doença. De salientar que se houvesse uma campanha de esclarecimento adequada, e o Estado tem que encarar isso como obrigação urgente, 40% dos casos crónicos terminais (mortais) poderiam ter sido evitados.

«ELO» — O que se passa em relação a transplantes? Estão a ser efectuados e são suficientes?

«MAA/VS» — A questão dos transplantes é muito complicada. Ou talvez, infelizmente, até



nem seja, já que a nível de potenciais dadores, Portugal é dos países onde eles existem em quantidade, dado o elevado índice de acidentes mortais de viação, e mesmo de trabalho.

O problema é que os meios de colheita não existem ou são inadequados. Havendo que encarar a situação com toda a sua crueza e realismo, temos que considerar essa operação não como «saque» de cadáveres, mas sim como forma de salvar vidas. E se uma já está perdida, porque não prolongá-la metaforicamente, na salvação e sobrevivência de outra(s)? Bastariam algumas simples modificações e melhoramentos nas condições quer do transporte/ambulância quer dos serviços/hospitais, para se poder alterar uma situação que se apresenta dramática. Bastará dizer que para um acréscimo anual de 500 insuficientes renais (a juntar aos 5000 existentes), não haverá mais do que 200 transplantes este ano (a somar aos 1000 que se fizeram desde 1980).

«ELO» — Sabemos que a APIR é uma das vozes intervenientes no Conselho Nacional de Reabilitação. Querem falar-nos desse aspecto, e também do papel do próprio CNR?

«MAA» — A primeira observação que faço é de que a nossa associação, considerando o papel importante que deveria ter o CNR na definição de uma política nacional sobre deficiência e reabilitação,



Delegação da APIR aos VII Jogos Mundiais para Transplantados, Singapura/1989

«ELO» — Há uma ideia de mais própria para isso, ou mais propícia à manifestação da doença?

«MAA/VS» — Não. Mesmo os limites mínimo e máximo de idade para transplante não estão ainda definidos. A certeza que há é que ele deve ser efectuado logo que o doente tem que entrar em hemodiálise, obviando-se, assim, ao aparecimento de outras insuficiências e de anticorpos prejudiciais.

E aqui uma nota muito especial para o problema das crianças. Cremos que por melhoria do sistema de saúde e da capacidade de diagnóstico precoce, que não de agravamento ou alastramento da insuficiência, estão a aparecer, melhor, estão a ser reconhecidos muitos mais casos infantis, tornando-se neste período de vida muito mais premente o transplante, dada a fase de crescimento e formação física e psíquica da pessoa. Mas o que se verifica, no entanto, é mesmo a falta de centros pediátricos de hemodiálise (no Hospital da Estefânia o que existe, por exemplo, não funciona...), obrigando a tratamento junto a adultos, o que não é nada aconselhável. E o resultado são, exactamente, atrasos físicos e psíquicos de crescimento, com todas as suas variadas, e graves, consequências pela vida fora.

«ELO» — Sabemos que a APIR é uma das vozes intervenientes no Conselho Nacional de Reabilitação. Querem falar-nos desse aspecto, e também do papel do próprio CNR?

«MAA» — A primeira observação que faço é de que a nossa associação, considerando o papel importante que deveria ter o CNR na definição de uma política nacional sobre deficiência e reabilitação,

tem mantido, para além de uma postura apenas reivindicativa, um permanente chamar de atenção, às entidades ligadas ao sector, para o que não está bem e para o que é preciso fazer.

Infelizmente cremos que o CNR não tem correspondido ao que dele se deve esperar, entre outras razões porque os dirigentes das associações o são em regime de voluntariado, não lhes sendo possível estar presentes, em permanência, por exemplo, nos grupos de trabalho, quando têm o seu emprego. Muito concretamente, em relação à Lei de Bases da Reabilitação, sabendo que é muito difícil e complexa a sua regulamentação, dadas as inúmeras vertentes abrangidas, como sejam a social, a de saúde, a fiscal, a legislativa, a educativa, a de transportes e a de habitação, a tarefa desses grupos de trabalho tem sido ingrata, e inoperante, quer por mera dificuldade de reunião dos seus membros quer por falta de linhas de orientação, o que leva à quase impossibilidade de definir, concretamente, objectivos, metas e etapas.

Um outro factor essencial é o financeiro. Que apoio é que as associações têm, a nível económico? Praticamente nenhum, salvo uma ou outra, muitas vezes graças às ligações pessoais dos seus dirigentes. Diz-se muito no CNR que devíamos viver por nós próprios. Só que é muito difícil a este tipo de organização manter uma actividade certa, útil e desinteressada, sem meios de sobrevivência.

Finalmente, a sensação de que, muitas vezes, as nossas preocupações, e mesmo as nossas propostas e soluções, não chegam ao conhecimento da entidade de tutela. E se assim é, como é possível

legislar e decidir sem se saber?

«VS» — É preciso dizer-se que as associações têm feito um grande esforço, no Conselho Nacional, para dar um contributo importante no sentido de ajudar o Secretariado, e o próprio Estado, a perceber muitas coisas, pois elas estão mais habilitadas do que ninguém para isso. As associações desempenham um papel muito importante nesta sociedade, onde tanto se apela à sua participação, já que são essa mesma sociedade a funcionar em pleno, com os seus membros a dedicarem-se o mais possível, tirando à família e ao descanso, fazendo trabalho social que, cabendo ao Estado, deve ser apoiado economicamente, estimulado e incentivado. E, quantas vezes, não aparecem leis que, bem ao contrário, prejudicam e contrariam...?

«MAA» — Penso, também, que um factor importante é o de que as pessoas que estão nos

postos de decisão não sofrerem, na pele, a deficiência, enquanto, por exemplo, em França e na Suécia, os ministros da tutela são deficientes, sentindo eles mesmos os problemas.

E então a vontade de trabalhar e de resolver é completamente diferente. Senão, por muito boa intenção que haja, é uma questão que está sempre distante.

Por isso seria muito importante que pessoas deficientes, capazes, estivessem nesses lugares-chave, não sendo meros consultores que, ainda por cima, não vêem ser tomadas, na prática, as suas sugestões e os seus conselhos.

Creio que por isso senti, nas últimas reuniões do CNR, um certo cansaço quer dos delegados governamentais, mesmo do próprio Secretariado, talvez por não encontrarem resposta ao trabalho realizado.

Morada da APIR: Zona I de Chelas, Lt. 105, Loja B, 1900 Lisboa, Telefone 859 57 53.

Viaturas RENAULT

Preço nas cores opacas

EM VIGOR A PARTIR DE 90.03.11

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 - 3 p	969 405\$00	1 343 447\$00
Renault Clio RL 1.1 - 5 p	1 023 470\$00	1 406 703\$00
Renault Clio RN 1.2 - 3 p	1 082 987\$00	1 507 296\$00
Renault Clio RN 1.2 - 5 p	1 137 931\$00	1 571 589\$00
Renault Clio RT 1.2 - 3 p	1 215 583\$00	1 662 433\$00
Renault Clio RT 1.2 - 5 p	1 269 514\$00	1 725 532\$00
Renault Clio RT 1.4 - 3 p	1 291 503\$00	1 910 473\$00
Renault Clio RT 1.4 - 5 p	1 346 447\$00	1 974 758\$00
Renault 19 TR - 5 p	1 371 697\$00	1 882 784\$00
Renault 19 GTS - 5 p	1 458 539\$00	2 111 170\$00
Renault 19 TSE - 5 p	1 677 943\$00	2 367 873\$00
Renault Chamade TR	1 385 277\$00	1 898 672\$00
Renault Chamade GTS	1 487 377\$00	2 144 911\$00
Renault Chamade TSE	1 711 176\$00	2 406 756\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 791 955\$00	2 507 287\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 791 955\$00	2 507 287\$00
Renault 4 GTL	907 233\$00	1 270 705\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 257 610\$00	1 689 422\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 355 489\$00	1 803 940\$00

Viaturas equipadas com caixa de velocidades automática

Renault 19 GTS - 5 p	1 639 660\$00	2 323 082\$00
Renault 19 TSE - 5 p	1 859 928\$00	2 580 795\$00

Renault Clio 1.4 com caixa automática e direcção assistida, fabricação prevista para Maio de 1991.

Transferência + Transporte:

Renault 4	17 480\$00
Renault Clio	17 480\$00
Renault 19	21 980\$00
Renault Chamade	21 980\$00
Renault 21	21 980\$00
Renault Express	24 450\$00

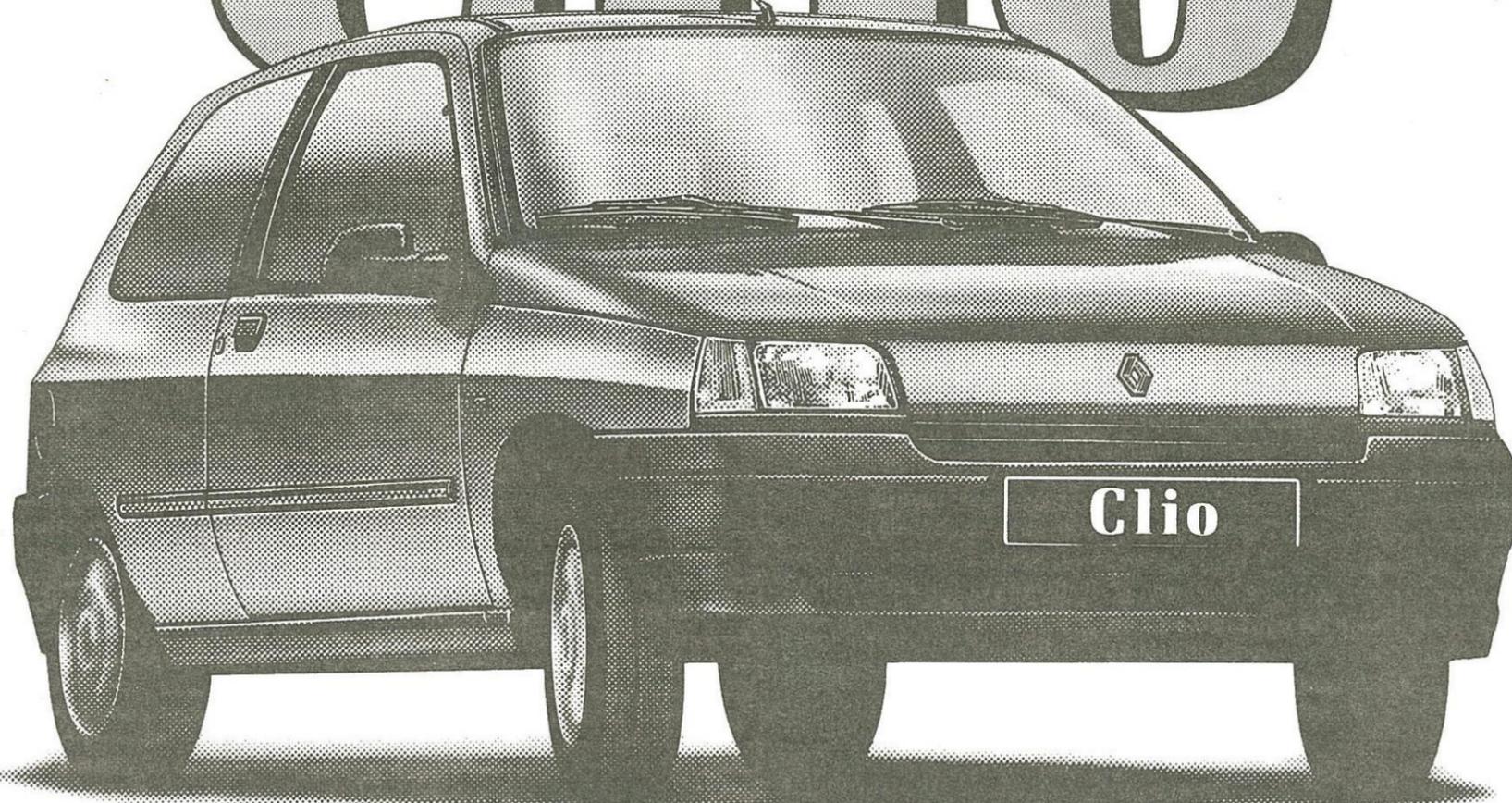
NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 18 308\$00 e 29 475\$00.

Transferência+Transportes= Renault Clio — 12.500\$00; Renault 19 — 17.500\$00; Renault 21 — 20.885\$00; Renault 19 «CHAMADE» — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tele: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.

Clio



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991



RENAULT

Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA
Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA
Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA
Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

Encargos anuais mínimos 123.900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132.930\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Kms 123.900\$00/132.930\$00; seguro obrigatório de responsabilidade civil 21.983\$00; impostos obrigatórios 2.840\$00/4.630\$00. Cálculos com base em gasolina Eurosuper, Nov/90.

PSICOLOGIA É CIÊNCIA

TOXICODPENDÊNCIA

(Continuação da pág. 6)

2. Psicofarmacológicos menores

• *Cannabis (Marijuana, Haxixe)*

Via de administração

- Fumado
- Oral (ingestão)

Efeitos

- Sensação de bem-estar que pode chegar facilmente à hilariedade.
- Alteração de percepção do tempo e do espaço.
- Por vezes reacções de pânico e agressividade.
- Dependência psicológica
- Irritação conjuntival crónica, tosse irritativa, dores de cabeça, sensações de vertigem (nos consumidores habituais)

Riscos

- A longo prazo já se tem observado o despoletar de quadros psicóticos e quadros deficitários caracterizados por desinteresse e passividade. Coloca-se a questão de o indivíduo ter uma psicopatologia prévia e o tóxico actuar como desencadeador.

Os jovens e os seus pais

Diversos estudos deixam claro que uma das influências específicas que auxilia

ou dificulta o adolescente a enfrentar as demandas do próprio desenvolvimento no mundo de hoje são os seus pais.

Os pais podem amar ou rejeitar ser calmos ou ansiosos, rígidos ou flexíveis, envolvidos ou não com os filhos. Estes precisam de pais amorosos e interessados em quem possam confiar e encontrar segurança. Sem as manifestações claras e fortes do amor dos pais, a criança ou o adolescente tem poucas possibilidades de desenvolver auto-estima, de estabelecer relações construtivas e compensadoras com os outros e um sentimento de confiança na própria identidade. Daí o surgimento de problemas que vão desde dificuldades intelectuais e escolares ou dificuldades de relacionamento social, até distúrbios neuróticos, problemas psicossomáticos, passando pela delinquência e toxicodpendência.

É necessário que, na prática, os pais se compreendam o suficiente para que não haja para a criança a menor dúvida sobre a legitimidade das duas decisões educativas e antes de mais sobre o valor do exemplo que eles dão e lhe pedem para imitar.

Os desentendimentos manifestos ou latentes entre os pais não oferecem à criança esse ideal necessário à sua identificação, o que poderá criar na criança sentimentos de culpabilidade e de angústia

ou levá-la a sentir desprezo ou ódio por um ou ambos os pais.

Estes sentimentos hostis correm o risco, por consequência, de serem transferidos para o plano social para tudo aquilo que a família representava: a autoridade, a generosidade, a solidariedade, etc. Serão estes aspectos que mais tarde poderão ser recusados, desprezados ou ridicularizados.

Como um jovem uma vez disse: «A família é fundamental, porque efectivamente é a primeira experiência de vida em comum, desde que nascemos, até começarmos a compreender o que pensamos» (Ciotti-Vaccaro, 1985).

As famílias de toxicodpendentes

A conduta Toxicodpendente não é unicamente o resultado de conflitos intrapsíquicos prevalente, mas deve ser igualmente percebida como a resultante de um disfuncionamento severo das relações entre sujeito e os seus ambientes familiares e sociais. Sendo a Família considerada como a primeira sociedade em que a criança se encontra, é um lugar privilegiado para o desenvolvimento da personalidade. Se as relações interpessoais no seio familiar são conflituosas e tensas, irão agir no desenvolvimento da personalidade

da criança, podendo originar situações patológicas em que alguns casos são irreversíveis.

As famílias de toxicodpendentes caracterizam-se por uma perda da unidade do grupo familiar. Não existem interacções de conteúdo entre os membros da família e o problema «droga» aparece frequentemente como qualquer coisa que vem «de fora».

Este facto está ligado aos mitos familiares, que reflectem a imagem que a família pretende dar de si e quanto mais afastada essa imagem se encontra da realidade tanto mais forte será o mito. Nestas famílias, os mitos são muito acentuados. Assim, a família dirá por exemplo que antes da toxicodpendência surgir, as relações entre os seus membros sempre foram boas — mito da harmonia familiar — a responsabilidade do desvio é atribuída ao exterior.

Para Olievenstein (1982), não existe uma infância específica do consumidor de drogas, mas sim acontecimentos, interacções específicas nas famílias com toxicodpendentes. Serão estes aspectos, bem como a personalidade do sujeito, a possibilidade que ele tem de encontrar na droga, a prevalência do consumo da droga no «habitat» do sujeito e a sua relação com a transgressão da lei, que farão de um indivíduo um toxicómano.

VALÊNCIAS

(Continuação da pág. 7)

2.º Classificação por categorias de material ou de conteúdos implicados.

Nesta segunda classificação Guilford propõe 4 tipos diferentes de categorias:

a) *Conteúdos figurativos* que Guilford, ao retomar uma ideia de Thorndike, propõe serem apresentados à inteligência concreta e dizem respeito a todo o material concreto percebido através dos sentidos.

b) *Conteúdos simbólicos* que, segundo este mesmo autor, podem ser comparados a modalidades da inteligência abstracta; dizem respeito a sistemas convencionais organizados como, por exemplo, o alfabeto ou o sistema numérico.

c) *Conteúdos semânticos*, os quais aliados aos anteriores (b) darão origem à inteligência abstracta. Dizem respeito a conteúdos de forma verbal com significação e correspondendo a ideias.

d) *Comportamento social* que corresponde à inteligência social.

3.º Classificação por categorias de produção.

a) *Unidades*

- b) *Classes*
- c) *Relações*
- d) *Sistemas*
- e) *Transformações*
- f) *Implicações*

Guilford defende que a inteligência não é a capacidade de aprender. Afirma que a inteligência não é uma unidade mas uma multiplicidade de factores, dos quais estima existirem pelo menos 50, assim, e segundo o autor, existem, pelo menos, 50 formas de ser inteligente.

É curioso verificar que na Bateria preparada por ele e por Zimmerman, se tenham utilizado apenas 7 categorias que correspondem à maior parte dos factores primários estudados por Thurstone (factores de grupo):

- compreensão verbal
- raciocínio geral
- operações numéricas
- rapidez perceptiva
- orientação espacial
- visualização espacial
- conhecimentos mecânicos.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL

Médico: sócio dr. Fernando Brito Segundas e Quintas-Feiras, às 14 horas.

PSIQUIATRIA

Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 horas.

PSICOLOGIA — «Stress de guerra»

dr.ª Paula Frazão Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.

ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL

dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

SERVIÇO SOCIAL

Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h. Terças e Quintas-feiras, 9.30/12.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:

Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA

Segundas a sextas-feiras 10H10/10H30 (só pequenos-almoços); 12.30/18H00

SECÇÃO FOTOGRAFICA:

Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0S 3P	947 784\$00	1 282 589\$00
SW 1.2NV 3P	1 030 484\$00	1 437 300\$00
SW 1.2NV 4P	1 098 884\$00	1 557 329\$00
SW 1.2NV 5P	1 078 684\$00	1 533 695\$00
GL 1.2NV 3P	1 110 848\$00	1 571 327\$00
GL 1.2NV 4P	1 160 748\$00	1 629 710\$00
GL 1.2NV 5P	1 144 048\$00	1 610 171\$00
GL 1.4NV 5P	1 168 148\$00	1 784 436\$00
JOY 1.4NV 3P	1 263 302\$00	1 895 766\$00
SW 1.5D 4P	1 321 784\$00	2 049 325\$00
SW 1.5D 5P	1 311 284\$00	2 037 040\$00
KADETT		
LS 1.2SC 3P	1 296 140\$00	1 782 268\$00
LS 1.2SC 5P	1 350 800\$00	1 846 220\$00
LS 1.4NV 3P	1 401 080\$00	2 051 117\$00
LS 1.4NV 4P	1 478 270\$00	2 141 429\$00
LS 1.4NV 5P	1 466 090\$00	2 127 178\$00
LS 1.7DA 4P	1 592 530\$00	2 672 720\$00
LS 1.7DA 5P	1 571 440\$00	2 648 045\$00
BEAUTY 1.4NV 4P	1 611 270\$00	2 297 039\$00
BEAUTY 1.4NV 5P	1 599 190\$00	2 282 905\$00
BEAUTY 1.5TD 4P	1 926 190\$00	2 750 630\$00
BEAUTY 1.5TD 5P	1 914 000\$00	2 736 368\$00
LS 1.7DA 5P (Caravan)	1 690 700\$00	2 706 065\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 868 700\$00	2 598 232\$00
GL 1.4 5P	1 916 030\$00	2 653 608\$00
GL 1.7D 4P	2 234 000\$00	3 423 240\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
PANDA 750 CL	845 653\$00	1 089 470\$00
UNO 45-3P	923 516\$00	1 230 470\$00
UNO 45S-3P	989 157\$00	1 307 270\$00
UNO 45S-5P	1 054 798\$00	1 384 070\$00
UNO 60S-3P	1 030 093\$00	1 408 470\$00
UNO 60S-5P	1 093 341\$00	1 482 470\$00
UNO 60 SX	1 183 170\$00	1 587 570\$00
UNO 60 S CTX	1 194 254\$00	1 604 470\$00
UNO 70 SX-3P	1 204 715\$00	1 787 470\$00
UNO 70 SX-5P	1 252 578\$00	1 843 370\$00
UNO DIESEL 3P	1 155 190\$00	1 668 794\$00
UNO TURBO 5P	1 515 227\$00	2 146 790\$00
TIPO 1.1	1 283 170\$00	1 704 570\$00
TIPO 1.4	1 284 031\$00	1 880 270\$00
TIPO 17D	1 425 900\$00	2 457 895\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 584 202\$00	2 231 470\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 367 104\$00	1 877 000\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 641 462\$00	2 198 000\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 818 043\$00	2 851 715\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 271 825\$00	3 382 640\$00
JETTA CL 1.3	1 371 414\$00	1 882 043\$00
JETTA CLD 1.6	1 878 400\$00	2 922 332\$00
JETTA CLTD+1.6	2 277 699\$00	3 389 512\$00
PASSAT CLTD+1.6	2 785 310\$00	3 983 417\$00
PASSAT VAR CLTD+1.6	2 819 597\$00	4 023 533\$00
AUDI 80 TD 1.6	2 986 514\$00	4 218 826\$00
AUDI 80 TD+1.6	3 139 252\$00	4 397 529\$00

— A opção por pintura metalizada, varia entre os 12 000\$00 e 52 000\$00, conforme o modelo.

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandamento da viatura, excepto para as marcas Citroën e Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

Faz-se

trabalhos de contabilidade

Contactar ABÍLIO

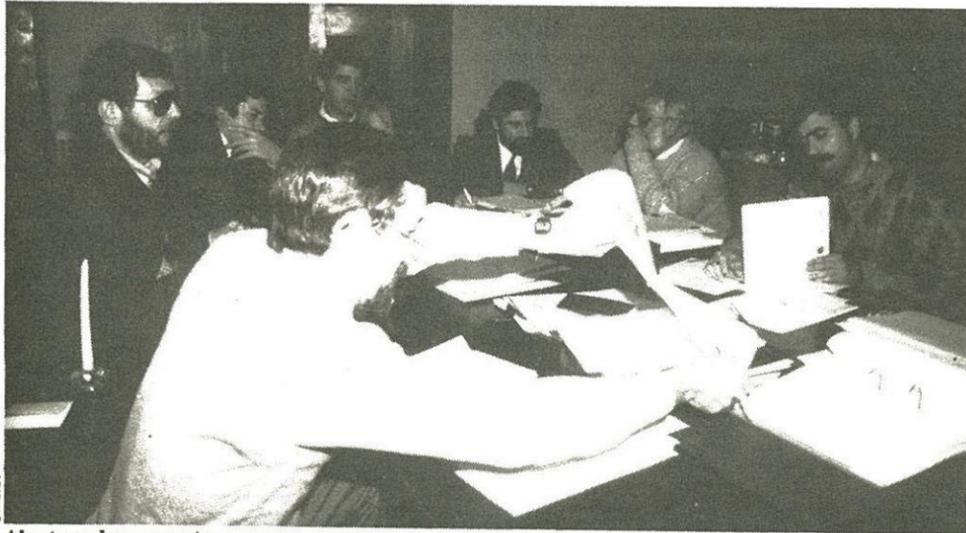
☎ 3426247 (9H00/18H00)

e 4187375 (depois 20H00)

NOVA SEDE

Assinado o contrato para a 2.ª fase da obra

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!



Abertura das propostas

21 de Março de 1991 foi outro dia grande no caminho para a concretização do grande sonho (que já deixou de o ser) da construção da nova Sede nacional da ADFA.

Na realidade, nesse dia, pelas 12H30, era assinado o contrato de adjudicação da 2.ª fase, prevendo-se que a mesma esteja terminada quinze meses após o início das obras, ou seja, ainda bastante antes do fim de 1992, dever-se-á poder fazer a respectiva inauguração, prevendo-se, tam-

bém, que grande parte das comemorações do 18.º aniversário da Associação já possam decorrer nas novas instalações.

Em cerimónia simples, contando com a presença de representantes da Secretaria de Estado da Defesa Nacional (dr. Adérito Pinto), do Secretariado Nacional de Reabilitação (dr. Orlando Monteiro, Secretário Nacional Adjunto, acompanhado pelo dr. Vozzone), do Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, general The-

mudo Barata, de elementos de vários Órgãos Sociais e das comissões de acompanhamento das obras e da campanha de fundos, para além de outros sócios, foi assinado o respectivo documento pelos presidente e tesoureiro da Direcção Central, em nome da ADFA, e pelo eng.º Marques Inácio, pela firma construtora, na sala da biblioteca, tendo após esse acto, sido proferidas breves palavras por José Arruda, o qual depois de referir a coincidência do recomeço da Primavera, não quis



Análise de um dos projectos

deixar de referir os apoios que continuam a ser concedidos pelos Ministérios da Defesa Nacional, do Emprego e da Segurança Social e das Obras Públicas (nesta fase) entre outros, não esquecendo, também os donativos de tantos associados.

«Terminou o ciclo do Império, começou o da solidariedade. E a nova Sede tem esse sentido», diria, ao sublinhar o âmbito internacional que se pretende criar em redor do novo edifício, quer a nível de FMAC quer da

União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, sem esquecer, claro o seu grande significado na dignificação e no reconhecimento nacionais que implica a sua concretização.

Usando seguidamente da palavra o Secretário Nacional Adjunto de Reabilitação e o Presidente da SHIP, ambos realçaram o trabalho que a ADFA vem desenvolvendo e o grande merecimento que é o ter a sua Sede nacional própria.

Finalmente, o eng.º

Marques Inácio, expressou a sua satisfação, e também orgulho, por ser a sua firma a escolhida para continuação da obra, garantindo que, se possível, ainda fariam melhor do que na 1.ª fase, esperando que se mantenha o mesmo ambiente e o mesmo diálogo franco e aberto que até agora tem havido.

A terminar o acto, foi servido a todos os presentes um aperitivo na sala da Direcção Central, ocasião para animada troca de impressões.



Reunião da Comissão de acompanhamento da obra (CASA)



Na assinatura do contrato de adjudicação

Quanto à nossa campanha de fundos, não foi este mês que conseguimos chegar aos sete mil contos, mas não ficámos muito longe. Vamos lá a ver o que nos reserva Abril...

Transporte (FEV 91) 6 572 657\$00

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
1 309	António C. Vitorino	10 000\$00
8 729	J. S.	10 000\$00
2 373	Álvaro A. F. Correia	10 000\$00
4 290	António C. Guerreiro	10 000\$00
1 187	Mário A.C. Matos	2 000\$00
5 365	Bernardino C. Dias	5 000\$00
4 790	Sebastião S. Registo	2 000\$00
8 160	Carlos A. G. Costa	5 000\$00
8 138	Manuel M. Oliveira	1 000\$00
6 822	João S. Mena	1 000\$00
8 495	Manuel N. Duarte	5 000\$00
5 824	Manuel J. R. Sousa	2 000\$00
4 417	António A. Pereira	500\$00
378	José V. Penedo	7 500\$00
1 363	Álvaro M. Galvão	5 000\$00

9 863	Hamilton L. Santos	1 000\$00
814	João J. Rodrigues	5 000\$00
10 582	Manuel M. Dias	3 000\$00
4 692	António R. Pedro	1 000\$00
2 230	Elísio B. Lopes	5 000\$00
5 490	Joaquim Teixeira	5 000\$00
5 997	Adelino J.M. Barros	925\$00
9 936	Manuel J.F. Santos	5 000\$00
5 759	José J. G. Albino	1 000\$00
1 483	Carlos M. M. Silva	5 000\$00
4 678	Joaquim J. L. Santos	3 000\$00
11 216	António A. Júlio	5 000\$00
1 520	João António	3 000\$00
4 751	Feliciano L. Taborda	2 000\$00
3 189	Guilhermino C. L. Dias ..	5 000\$00
3 755	António F. Gomes	3 000\$00
2 028	José G. Bonito	5 000\$00
?	Casimiro M. M. Santos ...	2 000\$00
8 288	Ant. R. F. Agostinho	1 000\$00
10 518	Bernardino R. Cardoso ...	3 000\$00
11 612	José G. Joaquim	5 000\$00
1 843	José A. S. Chá	1 000\$00
7 518	Adelino Pires	5 000\$00

(Bragança)
?

Acácio J. Cordeiro

(C. Branco)

4 331	Manuel R. Fernandes	1 300\$00
3 559	José M. Rolão	5 000\$00
3 872	José F. D. Gonçalves	1 000\$00

(Porto)

?	Manuel D. C. Silva	5 000\$00
?	Leopoldina C. C. Nunes ..	1 000\$00
?	José M. R. Caio	2 000\$00
?	Abel P. Lima	5 000\$00
?	Luís M. Silva	1 000\$00

(Setúbal)

?	Daniel M. Barradas	3 000\$00
?	Jose M. O. Soares	2 000\$00
?	António P. Salgado	5 000\$00

(Famalicão)

3 765	Ant. M. R. Guimarães	10 000\$00
-------	----------------------------	------------

(Viseu)

1 577	Manuel L. Cunha	2 000\$00
11 284	Ernesto D. Sousa	5 000\$00
6 910	Zef. E.S.G. Marcela	1 000\$00
4 834	José C. Martins	3 000\$00
1 044	Mário S. Lemos	10 000\$00

A transportar (MAR91) 6 790 882\$00



ELO

ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

CADERNO
ESPECIAL

MARÇO — 1991

No seu propósito de alargar e melhorar o que considera ser sua função principal, informar os sócios, ELO inclui, neste seu número de Março, todo um caderno sobre as últimas reuniões do Conselho Nacional e da Assembleia

Geral Nacional Ordinária, efectuadas, respectivamente, em 23 de Fevereiro e 23 deste mês, dedicando particular espaço aos «Relatório e Contas», de 1990 e «Orçamento» para 1991, ambos documentos da Direcção Central.

CONSELHO NACIONAL

23 de Fevereiro de 1991

Com a presença da totalidade dos elementos componentes dos Órgãos Sociais Centrais (Mesa da Assembleia Geral Nacional, Direcção Central e Conselho Fiscal Central) e de representantes de todas as delegações, excepto Évora, iniciou-se a sessão com a leitura da respectiva «Convocatória», após o que se procedeu à assinatura da Acta da reunião anterior.

No período de «antes da Ordem do Dia», duas foram as questões principais abordadas — salários e classificação dos trabalhadores e jóia/quotas de sócios pendentes —, as quais, no entanto, não tiveram tratamento mais aprofundado, já que a Mesa entendeu não caberem no âmbito do CN.

Posto, seguidamente, à discussão, o «Re-

também já na posse dos elementos do CN, e após o presidente da direcção central ter explanado, em termos gerais, as linhas de orientação para o ano corrente, que prosseguem as directivas traçadas pelo III Congresso e mantêm obediência ao respectivo programa eleitoral, o tesoureiro teceu considerações várias sobre os critérios adoptados para o plano orçamental apresentado, às quais, referidas como de inovação e grande transparência pelo Conselho, se dá maior destaque noutro local.

Terminada esta informação da DC, foi dada a palavra aos conselheiros, tendo-se assistido a vivo, animado e, mesmo, ardoroso debate, muitas sendo as questões levantadas e tratadas, em inter-

o incrementar com urgência, nos termos adequados), os centros produtivos da Associação (que devem ser estimulados, mantendo orçamentos próprios), as quotas e subsídios (a independência da ADFa passa pela maior consciencializa-

sidade de chamar os sócios, mas indo também até eles, a dinamização de trabalho e actividades, a criação de receitas próprias, a ligação à sociedade e aos poderes locais, civil e militar).

«Porque enquanto houver um sócio que não tenha o seu problema, resolvido, a ADFa não pode estar satisfeita», diria José Arruda.

por unanimidade, um «voto de louvor» à Delegação de Ponta Delgada, por esta bem conseguida iniciativa.

Uma segunda questão, ainda neste ponto de «informação», foi abordada: a situação de descrédito criada por um sócio que, ex-dirigente da Delegação de Viseu, utilizando o seu cartão e até, possivelmente, papel timbrado da Associação, andará

do-se, entretanto, os sócios e as autoridades militares para esta ocorrência.

Finalmente, e já passava das 19 horas, a Direcção Central informou o Conselho sobre algumas das áreas de actividades a nível nacional, nomeadamente sobre a nova Sede (cuja adjudicação para construção da 2.ª fase é/foi em Março), sobre legislação (se alguns problemas resolvidos, outros continuam em aberto), sobre a FMAC (reuniões, passadas, de Banguedoque e Sicília e, próxima, de Lisboa) e sobre a União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (filiação das associações de Angola e Moçambique na FMAC, visita a Moçambique e próxima presença de «observadores» na reunião de Abril, em Lisboa, após o que se seguirão sessões de trabalho próprias, no âmbito da União). Desta fase última do Conselho Nacional não se dá, aqui, maior destaque, já que a matéria em análise é a que consta não só do «relatório de actividades» apresentado à Assembleia Geral, como também da própria «antecipação» feita pelo ELO em Fevereiro.



A.R.

ção, e participação, dos sócios, devendo este assumir o pagamento das quotas como garantia da defesa dos seus próprios interesses e direitos, não podendo ser, no entanto, esquecido que o Estado cumpre, também, e cada vez de forma mais premente, em função não só do agravamento de estados físicos e psíquicos e do justamente necessário reconhecimento do nexo de causalidade de situações actuais graves, como também do cada vez mais alargado campo de actuação da ADFa nas áreas sociais, de reabilitação, de formação, de emprego e de cooperação, o «direito» das suas obrigações e deveres), e Sede e Delegações (a questão da interioridade, a neces-

Posto à votação o documento, o mesmo foi aprovado sem votos contra e com uma abstenção. Passando-se ao ponto seguinte da «Ordem de Trabalhos», foi a vez da Mesa, pela voz do seu Presidente, informar sobre as jornadas de sensibilização «ADFA-Açores/90» (levadas a cabo no arquipélago de 20 a 27 de Novembro passado e a que ELO se referiu nos seus números de Novembro e Dezembro últimos), tendo sido feitos vários comentários por diversos conselheiros, quase todos no sentido da necessidade e interesse de se alargar este tipo de acção a outras regiões (para o que, aliás, já começaram os devidos contactos). No final foi proposto, e aprovado

a cobrar dinheiro pelo tratamento, e eventual resolução, de processos de associados, e não só, dizendo a ctuar em nome da ADFa. Dado o melindre do caso, foi decidido avançar para os devidos mecanismos judiciais, alertan-



latório» sobre 1990, do próprio Conselho (que em devido tempo havia sido enviado aos conselheiros), o mesmo foi aprovado, apenas com três abstenções e sem votos contra.

Entrando-se, depois, na análise do documento, talvez mais importante, em apreciação — «Plano de actividades e orçamento» para 1991

venções de quase todas as delegações, destacando-se o problema do seguro de viagem para os elementos dos Órgãos Sociais, quando em serviço da ADFa (que, embora considerado pela Mesa como acto administrativo que cabe apenas à Direcção Central, foi votado discutir, com indicação final, à mesma DC, para

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E RELATIVO AO



Ao longo das quinze folhas deste seu documento, a Direcção Central da ADFA dá conta não só dos principais acontecimentos e actos em que a Associação esteve envolvida, quer por ter estado na sua génese quer apenas participando, como também de outras acções que, nem por serem menos «notícia», não deixam de ser importantes na vida associativa e na defesa de cada vez maior e mais reconhecida dignidade dos deficientes militares, em particular, mas também de todos os outros.

Não sendo possível transcrever, como é óbvio, nem interessando, porque, ao longo do ano, «ELO» foi dando regular informação sobre o que se ia passando, todo o seu texto, eis um seu resumo, com algumas das passagens mais importantes:

Introdução

O presente relatório procura expor, aos seus sócios e demais leitores, as actividades desenvolvidas pela ADFA, durante o ano de 1990. Aqueles que tomarem contacto com a nossa realidade, decerto que constatarão ser esta instituição uma organização plena e dinâmica e cujos objectivos, saídos do 3.º Congresso Nacional de Janeiro de 1989, começam a concretizar-se.

É evidente que a nossa Associação é, hoje, uma plataforma de intervenção e participação, assumindo, em consciência, a responsabilidade da integração dos deficientes militares na nossa sociedade.

Sabemos como o caminho é longo e a meta ainda está longe, mas anima-nos a certeza de que todos os sócios, de Bragança aos Açores, estão determinados a prosseguir os ideais da organização que criaram, numa atitude de coerência, participação, diálogo e de solidariedade, construindo uma ADFA forte e independente, logo credora de dignidade e prestígio por parte da Nação.

I — Actividade interna

1. Sede Nacional

Relembrando o protocolo assinado entre os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social e a

ADFA, a 23 de Março, que garantiu a grande comparticipação do Estado na construção da nova Sede; realçando o empenhamento activo de diversas personalidades do poder civil e da instituição militar (dr. Fernando Nogueira/MDN, dr. Silva Peneda/MESS, dr. Eugénio Ramos/SEAMDN, general Soares Carneir/CEMGFA, almirante Andrade e Silva/CEMA, general Firmino Miguel/CEME, general FA Conceição Silva/CEMFA, general FA Mendes Dias/Vice-CEMGFA, eng.º Krus Abecasis e dr. Jorge Sampaio/ex- e actual Presidente da CM Lisboa, nomeadamente); assinando quer a assinatura do contrato de adjudicação da primeira fase (FEV) quer a realização do concurso para a segunda (NOV), e passando pela cerimónia de lançamento das medalhas relativas à campanha de angariação de fundos (OUT), termina-se: «registamos com agrado as contribuições dos sócios, mas deve a Comissão Nacional, para o efeito nomeada, activar tal campanha».

2. Reabilitação

Neste capítulo, que se subdividiu em a) Apoio Social; b) Formação Profissional e Emprego; c) Centro de Reabilitação da ADFA no Porto, e d) Tipografia-Escola da ADFA, dá-se conta dos muitos contactos realizados e das muitas acções levadas a cabo, no sentido de que a «reabilitação» seja, definitivamente, entendida e conseguida no seu complexo global, isto é, respeitando integralmente o deficiente como ser humano, pessoal e socialmente.

Poderemos, talvez, destacar a relação com os serviços de saúde militares, com o Lar Militar e com o Ministério da Defesa; a Formação Profissional e a cooperação com vários organismos da área; o desenvolvimento do Centro de Reabilitação e os projectos de protocolos a assinar com outras entidades; o investimento na Tipografia-Escola.

3. Organização e Recursos Humanos

O reconhecimento da necessidade de continuar a procura de uma estrutura cada vez mais eficaz e a certeza de que «a recicla-

gem e a formação profissional dos trabalhadores é um desafio já assumido e uma aposta na experiência na dedicação e na capacidade dos mesmos».

4. Os Serviços

«O contacto permanente dos sócios com os serviços, tanto da Sede como das Delegações, foi revelador, pela sua assiduidade, da esperança que muitos sócios e antigos combatentes depositam na ADFA.»

Daí, o reconhecimento da necessidade de reforçar e melhorar esses mesmos serviços, nomeadamente o Contencioso.

Foram admitidos 308 sócios efectivos e cerca de 200 pendedes.

5. Delegações e Núcleos

A enumeração de algumas das acções mais importantes levadas a cabo, os contactos com entidades civis e militares e a dinamização associativa.

II — Actividade Externa

1. Nacional

Tratados os inúmeros contactos quer com o Governo quer com a Instituição Militar, realçando-se as questões da legislação, da nova Sede e da cooperação, as quais deram oportunidade a numerosas audiências e reuniões.

Salientando, também, a participação da ADFA

nos trabalhos do Secretariado Nacional de Reabilitação e no Conselho Nacional de Reabilitação, numa sessão à qual assistiu o Secretário de Estado da Defesa Nacional, por proposta da nossa Associação.

2. Relações Internacionais

Campo de actuação francamente activo, e positivo, as relações internacionais conheceram em

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS		BALANÇO CONSOLIDADO				ANO (N 1990)			
CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS				CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		AB	N	AL	N-1			N	N-1
422	Imobilizações Corpóreas					57	CAPITAL PRÓPRIO		
423	Edifícios e outras construções	5.469	644	4.825		58	Reservas	192.212	44.127
424	Equipamento básico	2.494	686	1.808		59	Reservas especiais	2.777	
425	Equipamento de transporte	1.794	1.023	771			Reservas livres	36.178	41.167
	Ferramentas e Utensílios	3.231	2.008	1.223			Resultados Transitados		
426	Equipamento Administrativo	21.482	7.896	13.586				231.167	85.294
429	Outras imobilizações corpóreas	1.456	771	685		88	Resultado líquido do exercício	4.254	6.187
441/6	Imobilizações em curso	163.950		1.3.950					
		199.876	13.028	186.848	37.468				
						293/8	PROVISÕES PRISICOS E ENCARGOS		
							Outras provisões p/riscos	244	162
36	Existências							235.665	91.643
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo								
35	Produtos e trabalhos em curso	836	59	777					
33	Produtos acabados e intermédios	940		940		221	DIVIDAS A TERCEIROS - Curto Prazo		
	Mercadorias					24	Fornecedores	1.963	1.842
		1.776	59	1.717	11.098		Estado e Entes Públicos	1.586	1.076
						268+211	Outros credores	14.795	12.391
211	DIVIDAS DE TERCEIROS-Curto Prazo							18.344	15.309
229	Clientes c/c	422		422	483				
229	Adiantamentos a fornecedores	69		69					
24	Estado e entes públicos	486		486					
266+267+268	Outros devedores	12.410		12.410	11.795				
		13.387		13.387	12.273				
159	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
	Outros títulos negociáveis	17.185		17.185	21.100				
		17.185		17.185	21.100				
12+13+14	DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA								
11	Depósitos Bancários	30.436		30.436	22.748				
	Caixa	1.188		1.188	1.091				
		31.624		31.624	23.839				
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
	Acrescimos de Proveitos	3.248		3.248	1.174				
		3.248		3.248	1.174				
	Total das Amortizações		13.028						
	Total das Provisões		59						
	Total do Activo	267.096	13.087	254.009	106.952		Total do Capital Próp. e Passivo	254.009	106.952

(a) Elo - Conferências - Jornadas - Reuniões - Deslocações

(b) Correções de Exercícios anteriores C/ ligação

ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS		DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADO				ANO (N) 1990	
CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		N	N-1			N	N-1
61	Custo das Mercadorias Vendidas	13.630	20.324	71	Venda de Mercadorias	1.661	17.873
		13.630	20.324	72	Prestação de Serviços	18.810	22.850
62	Fornecimentos e Serviços Externos	21.300	24.286			20.471	40.723
	Custos com o Pessoal:				Comp participações	12.861	
641+642	Remunerações	26.069	49.414	(3)	Varição da Produção		
645/648	Encargos Sociais	12.540		73	Proveitos Suplementares	4.737	2.645
		59.909	73.700	74	Subsídios à Exploração	49.149	41.794
				76	Outros Proveitos Operacionais	18.488	12.877
66	Amortizações do Imobilizado				Quotas	85.235	57.316
	Corpóreo e Incorpóreo	2.813	1.997				
67	Provisões	59		(4)	Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações		
		2.872	1.997		Financeiras	3.503	1.741
63	Impostos	61	10	(5)	Outros Juros e Proveitos Similares	2.234	399
65	Outros Custos Operacionais	(a) 26.967				5.737	2.140
		27.028	10				
68	Custos Financeiros	5	200				
(2)	Juros e Custos Similares			79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		2.239
		5	200				
69	Custos e Perdas Extraordinários	(b) 3.745					2.239
		3.745					
88	Resultado Líquido do Exercício	4.254	6.187				
		111.443	102.418				

DADES E CONTA

TIVO AO ANO I

ade

meros
o Go-
nstitui-
ndo-se
slação,
coope-
deram
mero-
niões.
mbém,
ADFA

nos trabalhos do Secretariado Nacional de Reabilitação e no Conselho Nacional de Reabilitação, a uma sessão à qual assistiu o Secretário de Estado da Defesa Nacional, por proposta da nossa Associação.

2. Relações Internacionais

Campo de actuação francamente activo, e positivo, as relações internacionais conheceram em

1990 um ano verdadeiramente histórico quer pela viva participação da ADFA em vários encontros não só a nível de Federação Mundial de Antigos Combatentes como também no âmbito da «Reabilitação Internacional», quer pela organização da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, de que nasceu a União entre as organizações dos quatro países, com frutos já muito reais, como sejam os protocolos assinados e a vista a Moçambique de uma delegação da nossa Associação.

ANO (N 1990)		
PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	N	N-1
PRÓPRIO		
Reservas especiais	192.212	44.127
Reservas livres	2.777	
Reservas Transitadas	36.178	41.167
	231.167	85.294
Resultado líquido do exercício	4.254	6.187
RESERVAS E ENCARGOS		
Reservas provisões p/risco	244	162
	235.665	91.643
TERCEIROS - Curto Prazo		
Devedores	1.963	1.842
Devedores e Entes Públicos	1.586	1.076
Devedores	14.795	12.391
	18.344	15.309
Capital próp. e Passivo	254.009	106.952

ções de Exercícios anteriores C/ ligação

ANO (N) 1990		
RECEITAS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N-1
Comercialização de Serviços	1.661	17.873
	18.810	22.850
	20.471	40.723
Contribuições	12.861	
Produção Complementares	4.737	2.645
Exploração de Recursos Operacionais	49.149	41.794
	18.488	12.877
	85.235	57.316
Receitas de Títulos Negociáveis e Outras Aplicações	3.503	1.741
Receitas e Proveitos	2.234	399
	5.737	2.140
Ganhos Extraor-		2.239
		2.239
	111.443	102.418

Conforme se disse na notícia sobre a reunião do Conselho Nacional de 23 de Fevereiro passado, vamos dar um destaque especial, a própria sugestão dos conselheiros, às considerações feitas pelo Tesoureiro da Direcção Central, Armindo Matias, ao apresentar o Orçamento para 1991.

Assim, após indicar que ele obedece ao princípio de uma gradual autonomia das Delegações, em relação ao exterior e à sua progressiva dependência dos associados e de iniciativas locais, já que «os sócios da ADFA deveriam poder orgulhar-se de dispensar as ajudas externas para manter a sua associação» sendo «preciso sair da associação e ir ao encontro dos sócios, saber das suas necessidades e criar serviços úteis»... porque «não se pode assistir, de forma indiferente, à evasão dos sócios porque uma associação sem sócios não tem razão de existir», avançou para uma análise sucinta de critérios utilizados para elaboração de orçamentos:

«1 — O que tem vindo a ser usado, consistindo em pedir previsões de receitas e despesas às Delegações e depois, através de cortes nas despesas e de acréscimos nas receitas, chegar ao orçamento possível... que nalguns casos não se parece nada com a versão inicial;

2 — Repartir o bolo recebido do MDN em função de um critério que poderá ser o número de associados. Embora tal

CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL

O ANO DE 1990



1990 um ano verdadeiramente histórico quer pela viva participação da ADF em vários encontros não só a nível de Federação Mundial de Antigos Combatentes como também no âmbito da «Reabilitação Internacional», quer pela organização da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, de que nasceu a União entre as organizações dos quatro países, com frutos já muito reais, como sejam os protocolos assinados e a vista a Moçambique de uma delegação da nossa Associação.

Não se deve esquecer, também, o reforço de cooperação entre a ADF e o Congresso Mundial de Cegos de Guerra (IKK).

III — Informação

Considerando a informação o motor de desenvolvimento das sociedades, e promovendo paralelamente o melhor conhecimento do Homem, que leva ao reforço das relações e da solidariedade, a ADF, através da Comunicação Social em geral, e do seu órgão informativo «ELO», privi-

legiou, durante este ano, essa sua importante função na alteração das mentalidades. Inúmeras referências aos objectivos, vida e realizações da nossa associação foram divulgadas em amplos e diversos espaços radiofónicos, televisivos e da imprensa.

O jornal «ELO», como meio essencial que levou à prática a função formativa e informativa da nossa organização, mereceu em 1990 especial apoio e incremento, tendo-se apostado numa mais ampla divulgação da sua mensagem e existência, interna e externamente,

com o saber de que esta área toma cada vez mais força no relacionamento humano, e apostar no «ELO» é sem dúvida apostar no próprio futuro da ADF.

IV — Conclusão

Na viragem de uma década plena de transformações e mudanças sociais e políticas, a ADF acompanhou a dinâmica destes novos ventos, e em Portugal constituiu-se como organização pioneira do movimento associativo, na discussão das novas ideias cuja filosofia assenta na participação

individual, na solidariedade e na diferença, assumindo-se como organização responsável não governamental, deferindo os seus objectivos pelo seu cariz unicamente social, na defesa da integração e reabilitação da população deficiente.

A Direcção Central reconhece o esforço e dedicação dos órgãos sociais, nacionais, regionais e locais, dos trabalhadores e associados que permitiram que tenham sido alcançados com êxito alguns objectivos, constatando-se o muito que ainda falta realizar, «a inte-

gração plena», e cuja consecução é trabalho de Todos!

Estamos convictos de que a obra iniciada há quase 17 anos é fruto da participação e militância dos sócios, e de que é do debate permanente das ideias que tem surgido a filosofia e a concepção dos nossos grandes projectos bem como a estratégia de os concretizar, sendo esta a postura que transportou a ADF para o plano de prestígio de que goza perante a sociedade, que teve que reconhecer o papel decisivo do conteúdo da nossa mensagem.

ORÇAMENTO PARA 1991

Conforme se disse na notícia sobre a reunião do Conselho Nacional de 23 de Fevereiro passado, vamos dar um destaque especial, a própria sugestão dos conselheiros, às considerações feitas pelo Tesoureiro da Direcção Central, Armindo Matias, ao apresentar o Orçamento para 1991.

Assim, após indicar que ele obedece ao princípio de uma gradual autonomia das Delegações, em relação ao exterior e à sua progressiva dependência dos associados e de iniciativas locais, já que «os sócios da ADF deveriam poder orgulhar-se de dispensar as ajudas externas para manter a sua associação» sendo «preciso sair da associação e ir ao encontro dos sócios, saber das suas necessidades e criar serviços úteis... porque «não se pode assistir, de forma indiferente, à evasão dos sócios porque uma associação sem sócios não tem razão de existir», avançou para uma análise sucinta de critérios utilizados para elaboração de orçamentos:

«1 — O que tem vindo a ser usado, consistindo em pedir previsões de receitas e despesas às Delegações e depois, através de cortes nas despesas e de acréscimos nas receitas, chegar ao orçamento possível... que nalguns casos não se parece nada com a versão inicial;

2 — Repartir o bolo recebido do MDN em função de um critério que poderá ser o número de associados. Embora tal

corresponda à mentalidade de muito boa gente que nesta altura se desloca à Sede para reivindicar a parte que lhe cabe e lutar pela maior fatia, penso que é um critério viciado que deve ser abandonado se quisermos, um dia, emanciparmo-nos e libertarmo-nos dessa dependência;

3 — Partindo do princípio de que se uma Delegação existe é porque há razões para isso, deve a mesma ser apoiada de forma a cumprir o objectivo para que foi criada. Nestas circunstâncias, e vendo a Delegação como uma extensão da Sede, deveria esta suportar, pelo menos, os custos com os trabalhadores afectos à parte administrativa. Mas perante uma impossibilidade, deve então suportar a percentagem mais alta possível desse custo, deixando às Delegações a autonomia necessária para governar a sua casa da melhor maneira.

Foi este o critério usado este ano para a elaboração do orçamento, tendo o subsídio atribuído às Delegações sido calculado na base dos 70% dos custos com o pessoal, critério que foi aplicado de uma forma uniforme para todas (excepto a Sede).

Calor que não há regra sem excepção e também aqui deve o tesoureiro deixar a porta aberta para efectuar um ajustamento pontual num ou noutro caso onde as circunstâncias o justificarem, em analogia com o que já foi feito no ano anterior.

Assim, não teria havido necessidade de efectuar quaisquer mexidas nos orçamentos das Delegações, não se desse o caso de algumas apresentarem situações deficitárias, o que não pode ser aceite pela nosso orçamento familiar, onde cada um deve gastar na medida das suas possibilidades.

Temos pois, que foram efectuados três tipos de ajustamentos:

— Nas receitas de quotas, onde havia Delegações a indicar valores inferiores aos realizados no ano anterior, situação que não deverá verificar-

-se já que foi aprovado um aumento de 12,5%;

— Nas despesas de funcionamento onde, para determinadas situações, os montantes eram exagerados em relação aos valores verificados no ano anterior;

— Nas receitas diversas, onde se acrescentou a diferença para equilibrar o orçamento.

Dirão algumas Delegações que lhes é impossível realizar essas receitas! Neste caso terão que cortar nas despesas! Gastar para além das possibilidades é uma prova de irresponsabilidade que não pode ser permitida ao

gestor de uma Delegação.

Também na Sede se recorreu a esta operação cirúrgica, tendo-se equilibrado o orçamento à custa de 7500 contos de receitas não especificadas que se esperam vir a realizar através de iniciativas diversas.

Termino fazendo um apelo a este Conselho Nacional para que se consiga um consenso no sentido de aprovar um aumento significativo do valor das quotas para o próximo ano. Tenha-se presente que qualquer clube de futebol cobra quotas de valor superior, e são incomparáveis os benefícios que

uma Associação forte e actuante nos pode proporcionar. Além disso, lembremo-nos que as Delegações estarão, cada vez mais, dependentes desta receita que, na maior parte dos casos, o sócio pode, perfeitamente, suportar. O facto de alguns terem pensões de reduzido montante, não justifica a recusa do aumento de quotas. O associado que não pode pagar, deve ser dispensado desse dever, mas o que o pode deve assumir este «direito» com orgulho!

E é tudo. Penso que o orçamento em análise é pacífico e razoável...»

DESCRIÇÃO	SEDE	PORTO	BRAGANÇA	FAMALIC.	VISEU	COIMBRA	C.BRANCO	SETUBAL	EVORA	FARO	MADEIRA	P.DELG.	TOTAL
RECEITAS													
73 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	4.600												4.600
74 SUBSÍDIO A EXPLORAÇÃO	36.000	4.805	720	775	655	1.595	755	715	760	715	615	615	48.725
76 QUOTIZAÇÕES	8.000	4.500	302	1.183	1.300	1.660	1.007	600	650	715	535	663	21.115
RECEITAS DIVERSAS	16.455	5.898	858	3.660	230	480	48	70	250	130	140	250	28.469
78 JUROS DE DEPOSITOS A PRAZO	570		120	250				67		37		120	1.164
TOTAL DAS RECEITAS	65.625	15.203	2.000	5.868	2.185	3.735	1.810	1.452	1.660	1.597	1.290	1.648	104.073
DESPESAS													
62 AGUA E ELECTRICIDADE	1.190	210	113	150	91	135		40	130	95	35	110	2.299
COMBUSTÍVEIS	600												600
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	510	180	45	100	60	100	55	30	50	30	30	30	1.225
FERRAM. UTENS. DESG. RAP.	60												60
HIGIENE E LIMPEZA	450	5		25	4	50	40	25	40	135	35	30	839
LIVROS E DOCUM. TÉCNICA	12												12
RENDAS E ALUGUERES		48		15	122	52							333
ARTIGOS P/ OFERTA	60												60
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	420	135	40	150	55	80	30	30	80	30	30	40	1.120
SEGUROS	175												175
TELEFONE E CORREIO	2.600	750	96	180	193	210	140	93	120	80	100	40	4.602
TRANSPORTE PESSOAL	115												115
DESLOCAÇÕES E ESTADIAS	1.368	75	101	145	170	200	130	50	50	75	100	250	2.714
HONORÁRIOS	3.100												3.100
CONTENCIOSO E NOTARIADO	60												60
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	420												420
63 IMPOSTOS	12												12
64 DESPESAS C/ PESSOAL	26.520	7.980	1.031	2.078	933	2.276	1.079	1.024	1.085	1.023	879	879	46.787
COMPARTICIP. DELEGAÇÕES	12.725												12.725
65 DESPESAS DIVERSAS	15.930	5.820	574	3.025	386	400	200	130		120	75	70	26.730
42 EQUIPAMENTO						160			100				260
TOTAL DAS DESPESAS	65.327	15.203	2.000	5.868	2.014	3.663	1.674	1.422	1.655	1.588	1.289	1.545	103.248
RESULTADO DO EXERCÍCIO	298	---	---	---	171	72	136	30	5	9	1	103	---

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA

23 de Março de 1991

Ao abrir os trabalhos da Assembleia Geral, o presidente da Mesa não quis deixar de referir ser esta a última do actual mandato, congratulando-se com o modo digno e participado em que todas tinham decorrido.

Seguidamente procedeu-se às leituras da Convocatória desta Assembleia e da Acta de 31 de Março de 1990 (ELO/ABR 90), a qual tendo sido posta a votação, foi aprovada por unanimidade.

Antes de se dar início à apresentação dos vários pontos da Ordem de Trabalhos, e por proposta do sócio Lopes Dias, foi aguardado um minuto de silêncio em memória dos associados falecidos no ano anterior.

Passando imediatamente à leitura e apreciação do relatório de actividades do Conselho Nacional em 1990, vários foram os inscritos para falar, tendo-se assistido, na grande maioria das intervenções, a uma crítica por aquele só ter reunido uma vez, o que poderia manifestar falta de dinamismo de um órgão que deve ser um dos elementos essenciais de apresentação e discussão dos grandes pro-

blemas nacionais que se colocam à Associação, nomeadamente a revisão estatutária e o funcionamento das várias comissões empossadas, precisamente em 1990, pelo próprio Conselho.

Esclarecendo que o que ali estava em discussão era apenas o Relatório, em si mesmo, como documento, e não a actuação do CN, devendo as questões levantadas serem postas no Ponto correcto da OT, a Mesa informou, apesar de tudo, de que não tendo havido pedidos ou propostas de reuniões extraordinárias, conforme direito estatutário, entendeu-se juntar num só os encontros previstos, já que entre eles mediria apenas cerca de um mês, sendo vultosos os custos de cada um (ver ELO/MAR 90 para reunião CN de 10-3-90).

Posto a votação este documento, o mesmo foi aprovado por maioria, com 1 voto contra e 6 abstenções.

Entendeu depois a Mesa, pôr à apreciação conjunta, os Relatório e Contas da Direcção Central e parecer do Conselho Fiscal Central pelo

que, após a apresentação do primeiro pelos Presidente e Tesoureiro da DC, e do segundo (que se transcreve noutro local), também pelo respectivo Presidente, se abriram as inscrições para apreciação e pedidos de informação.

E assistiu-se então, em parte, ao que um dos «históricos» da casa, Jorge Maurício, considerou ao louvar o trabalho dos órgãos e ao pedir a aprovação do Relatório, ser hábito das Assembleias Gerais, desde sempre, que é sentar, anualmente, a Direcção Central no «banco dos réus», esquecendo que a ADFA é um todo nacional.

Na realidade, algumas intervenções foram particularmente acaloradas na questionação do trabalho da DC, muito especialmente no campo reivindicativo, embora muito aplaudidos tenham sido os sócios que defenderam a sua acção e modo de dialogar com as entidades oficiais. De qualquer forma, foi realçado, em análise final, o forte carisma associativo dos órgãos centrais e regionais, tendo sido sublinhado que se muito já foi obtido, muito há ainda para conseguir.

No final, os documentos foram aprovados por maioria, com 6 abstenções e sem votos contra.

Entretanto, a Mesa aproveitou para esclarecer a interrogação de vários sócios, sobre processo da revisão estatutária, o qual segue o plano traçado no «comunicado», publicado no ELO de Janeiro deste ano.

Entrando-se no Ponto 3 da OT, foi lida pela Mesa a única proposta presente para a actualização de quotas para 1992, que era a da Direcção Central.

Após várias considerações sobre o papel da ADFA no campo da defesa dos direitos dos deficientes militares, o que passa por uma sempre necessária e constante melhoria de serviços, face à qual os subsídios do Ministério da Defesa Nacional são manifestamente insuficientes — diz-se:

«Apesar das iniciativas que estão em curso tendentes a obter rendimen-

atenta à defesa dos nossos direitos.

Face às razões invocadas propomos que o valor da quota, para 1992 seja fixado em 400\$00, e deixamos o nosso apelo a esta Assembleia no sentido da sua aprovação.»

Ao apresentar o espírito desta proposta, o Presidente da DC reforçaria a necessidade de uma cada vez maior independência e autonomia da Associação,



tos suplementares, nomeadamente o investimento efectuado na tipografia, o qual se está a revelar bastante compensador, será impossível fazer face ao aumento dos encargos normais da exploração, se não houver uma resposta pontual por parte dos sócios, no sentido de assumir esta realidade.

Teremos ainda de reconhecer que, como consequência da pressão permanente que a Associação tem vindo a efectuar junto dos centros de decisão, a situação financeira dos deficientes tem registado sensíveis melhorias.

Nestas circunstâncias, existem condições para que os sócios desta casa assumam a sua quota parte no esforço financeiro que o momento actual nos exige, para que possamos poder continuar a contar com uma Associação forte, independente e reivindicativa, sempre

pretendendo-se recorrer apenas a subsídios com a apresentação de projectos concretos de realizações, pelo que a (com)participação de todos os associados é fundamental.

Tendo sido presente à Mesa uma outra proposta dos sócios Anquises, Carvalho e Silva, no sentido de o valor das quotas ser 0,5 por cento da pensão recebida por cada sócio, e posta à votação a sua admissão, foi a mesma rejeitada por 42 votos contra, 21 a favor e 11 abstenções.

Sendo várias as vezes que se levantaram contra os 400\$00, por parecer excessivo, havendo muitos sócios que a não poderiam pagar, outras se fizeram ouvir a favor, ressaltando a ideia de que, com a legislação já saída este ano, o caso dos grandes deficientes em serviço, que são exactamente as pessoas que maiores dificuldades, e mesmo im-

possibilidade, terão em se reintegrar profissionalmente e arranjar emprego, está, em parte, ultrapassado, trabalhando a grande maioria outros, pelo que não se deve pôr tal questão.

Aliás, diversos foram os responsáveis de delegação que, declarando ir votar a favor, expressaram que o verdadeiro problema/desafio que se poderia colocar era o da capacidade de os órgãos sensibilizarem os seus sócios, esclarecendo-os e dinamizando-os para uma ADFA cada vez mais forte e coesa, em defesa dos direitos dos deficientes militares, principalmente em favor daqueles cuja situação ainda não se encontra resolvida, e esclarecendo-os sobre o verdadeiro papel que a ADFA tem desempenhado em todo o processo legislativo e no campo da reabilitação.

Posta à votação esta proposta (e rejeitada, entretanto, a admissão de outra, extemporânea, e que indicava 270\$00), foi aprovada por maioria, com 3 votos contra e 6 abstenções.

Passavam já das 19 horas quando se entrou no último ponto de trabalhos, tendo a Direcção Central dado informações sobre algumas das acções actualmente desenvolvidas, nomeadamente quanto a legislação, nova sede, reabilitação, formação profissional, relações internacionais e cooperação, tendo prestado alguns esclarecimentos sobre questões que lhe foram postas.

Antes de encerrar a sessão, o Presidente da Mesa pôs à admissão uma proposta de louvor aos órgãos sociais da ADFA, com destaque para a Direcção Central, apresentada pelo sócio Cavaco, o que foi aceite por maioria, sem votos contra e com 2 abstenções, confirmando-se, de imediato, a sua aprovação, sem votos contra e 5 abstenções.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL EXERCÍCIO DE 1990

Dando cumprimento ao estipulado na alínea c) do artigo 45.º dos Estatutos da ADFA, o Conselho Fiscal Central vem dar o seu Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Central, respeitantes ao ano de 1990.

I

Da análise do seu conteúdo transparecem, por um lado, as profundas transformações que se têm vindo a operar na ADFA e, por outro lado, um conjunto de acções já concretizadas e outras em curso que, em nosso entender, muito contribuíram para o engrandecimento e projecção da nossa casa, quer no plano interno quer no plano externo.

De entre as acções empreendidas pela Direcção Central, permitimo-nos destacar as seguintes:

No Plano Interno

1. Em primeiro lugar, ressalta pela sua importância e projecção no futuro da ADFA, a implementação e execução do projecto de construção da nova Sede. Não é de mais enaltecido aqui o enorme trabalho desenvolvido pela Direcção Central que, envolto numa dinâmica constante, se viu obrigada a múltiplos contactos com entidades públicas e privadas, em busca de soluções para os problemas que iam surgindo e que foram plenamente conseguidas com a concretização da 1.ª fase do projecto da nova Sede e com o lançamento da 2.ª fase.

2. No campo da reabilitação e reintegração social, foram feitas diligências no sentido de serem introduzidas melhorias nos serviços prestados aos deficientes militares, com a preocupação de

No âmbito da formação profissional intensificaram-se as acções de formação e aperfeiçoamento em várias áreas de actividade, sendo de realçar o grau de aproveitamento dos formandos e a sua posterior integração no mercado de trabalho.

3. Em matéria legislativa há a registar com agrado a obtenção de resultados bastante positivos, já há muito esperados, embora tenhamos consciência de que nem tudo está ainda resolvido.

No Plano Externo

1. No âmbito das relações externas, a 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal com os PALOP, constituiu um marco importante na vida da nossa Associação pelo seu elevado significado no domínio da cooperação entre entidades e estruturas representativas de combatentes deficientes.

humanizar e personalizar o seu atendimento.

2. Também a participação da ADFA em iniciativas desenvolvidas pela FMAC, merece especial destaque, nomeadamente a sua presença no 48.º Conselho Geral que comemorou o 40.º aniversário daquela organização.

II

O «Balanço e Contas» apresentado pela Direcção Central merecem-nos alguns comentários, sobretudo pelo facto de divergirem, quer na forma quer no conteúdo, comparativamente com os dos anos anteriores.

1. Em primeiro lugar, o Conselho Fiscal Central é da opinião que as «Contas» deste ano retratam com maior rigor e significado a actividade da ADFA, o que está conforme com o novo plano adoptado.

2. Pela primeira vez, a apresentação das «Contas» contempla a separação dos valores contabilísticos da Tipografia-Escola e do Centro de Reabilitação do Porto, dos que dizem respeito unicamente à estrutura associativa da ADFA.

3. O «Balanço Geral Consolidado» apresentado à Assembleia Geral Nacional, para aprovação, não reflecte as «Contas» anteriormente aprovadas em Assembleias Gerais de Delegação, devido, fundamentalmente, às duas razões seguintes:

a) Por dificuldades temporais que derivam do cumprimento das disposições estatutárias que impõem a sua aprovação até 31 de Março;

b) Da necessidade de se proceder às regularizações necessárias no fecho das contas do ano, o que muitas

vezes acontece depois da realização das Assembleias de Delegação, pela razão apontada na alínea anterior.

4. No sentido de se encontrar um solução que se enquadre nas razões atrás mencionadas, o Conselho Fiscal Central entende que a próxima revisão estatutária deverá ter em conta aquela situação.

5. Face ao exposto, e na sequência da análise e das acções de fiscalização desenvolvidas, o Conselho Fiscal Central, agradecendo a colaboração prestada pela Direcção Central e órgãos das Delegações com quem teve necessidade de contactar, vem, em conclusão, emitir o seguinte:

PARECER:

Que o «Relatório de Actividades e Contas» da Direcção Central seja aprovado.